

RELATÓRIO ANUAL

2013



APRESENTAÇÃO

**Relatório Anual da Administração da Cooperativa de
Eletrificação da Região do Alto Paraíba – Ano 2013.**

INDÍCE

Apresentação	04
Carta do Presidente	05
Cenário	07
A CEDRAP em Números	08
Balço Social	15
Agradecimentos	20
Demonstrações Contábeis 2012	21
Notas Explicativas	29
Parecer do Conselho Fiscal	64
Parecer dos Auditores Independentes Demonstrações Contábeis	66
Parecer dos Auditores Independentes Demonstrações Regulatórias	78
Parecer dos Auditores Independentes Mutação do Ativo Imobilizado	80
Parecer dos Auditores Independentes Controles Internos	83

Relatório Anual da Administração da Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba

A Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba - CEDRAP, é a empresa responsável pela distribuição de energia elétrica em parte das zonas rurais dos municípios de Paraibuna, Jambuí, Santa Branca, Redenção da Serra e Natividade da Serra, além de um distrito industrial no município de Jambuí. Foi conferido a esta Permissionária a honra e o dever de acompanhar o desenvolvimento destas cidades, levando energia elétrica às casas, ruas, avenidas e indústrias.

Estamos sempre em busca de superações e melhorias, por isso fazemos investimentos, criamos e superamos desafios, tendo como objetivo, garantir a eficiência na distribuição de energia, com excelência em serviços, atuando com ética, transparência e de acordo com os princípios cooperativistas e em cumprimento a legislação vigente e requisitos da ANEEL, visando prestar os melhores serviços a todos os consumidores/cooperados que utilizam nossa energia.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Associados,

Em cumprimento às determinações legais, e estatutárias, a administração da CEDRAP submete a apreciação, o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2013.

Tais especificidades primam para uma melhor apresentação dos resultados aos sócios, autoridades e consumidores.

Em anexo estão às demonstrações contábeis, elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado - DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba - CEDRAP perante a sociedade, órgão regulador e clientes.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

Carta do Presidente

Estimados cooperados:

É muito bom estar aqui novamente apresentando os frutos do nosso Trabalho, com toda a disposição para novas realizações. Como item preparatório a Assembléia dedicada as discussões do balanço contábil e administrativo do exercício 2013. Um relatório sucinto e abreviado das principais atividades que traçamos como meta ao longo do ano, as quais transmitem o real propósito que nos conduz. O principal obstáculo encontrado pela administração foi adequar nossos atos as exigências da ANELL e a necessidade de nossos cooperados.

Reafirmo o que disse em nosso primeiro ano “Nossa Cooperativa esta cada vez mais Forte”, mesmo com toda dificuldade que o setor elétrico brasileiro enfrenta devido a pouca chuva e utilização de fontes de energia mais caras, estamos firmes e focados em nossos objetivos, que são os de prestar melhor serviço possível com o menor custo. No ano de 2013 passamos por nossa primeira revisão tarifária, a qual nos proporcionou uma redução em nossas tarifas e consecutivamente em nossos resultados financeiros. Mesmo assim mantivemos nossas metas de melhorias e expansões graças á boa gestão dos recursos da nossa cooperativa conforme aprovado em nossa Assembléia de 2013, e seu descritivo encontra se no final do caderno de assembléia.

Procuramos atender da melhor forma possível a todos os cadastrados a vários anos no programa Luz Para Todos por meio da 5ª Tranche e nos preparando para o início da 6ª Tranche, a qual estava programada para ter início em janeiro de 2014. Mas infelizmente fomos informados pelo Ministério de Minas e Energia, responsável pelo programa que este estava encerrado. Com tudo estamos elaborando um projeto para realização destes atendimentos como é de total interesse da nossa cooperativa atender a todos os cadastrados no programa. Continuamos investindo no aprimoramento e capacitação de nossos colaboradores, assim como nos meios de atender cada vez melhor e mais rápido a todos instalando e configurando nossos equipamentos a fim de evitarmos as faltas de energia. Faltas estas muitas vezes provocadas pelo plantio de eucalipto fora de condições mínimas de segurança ao sistema de distribuição, ocasionando assim transtornos a todos.

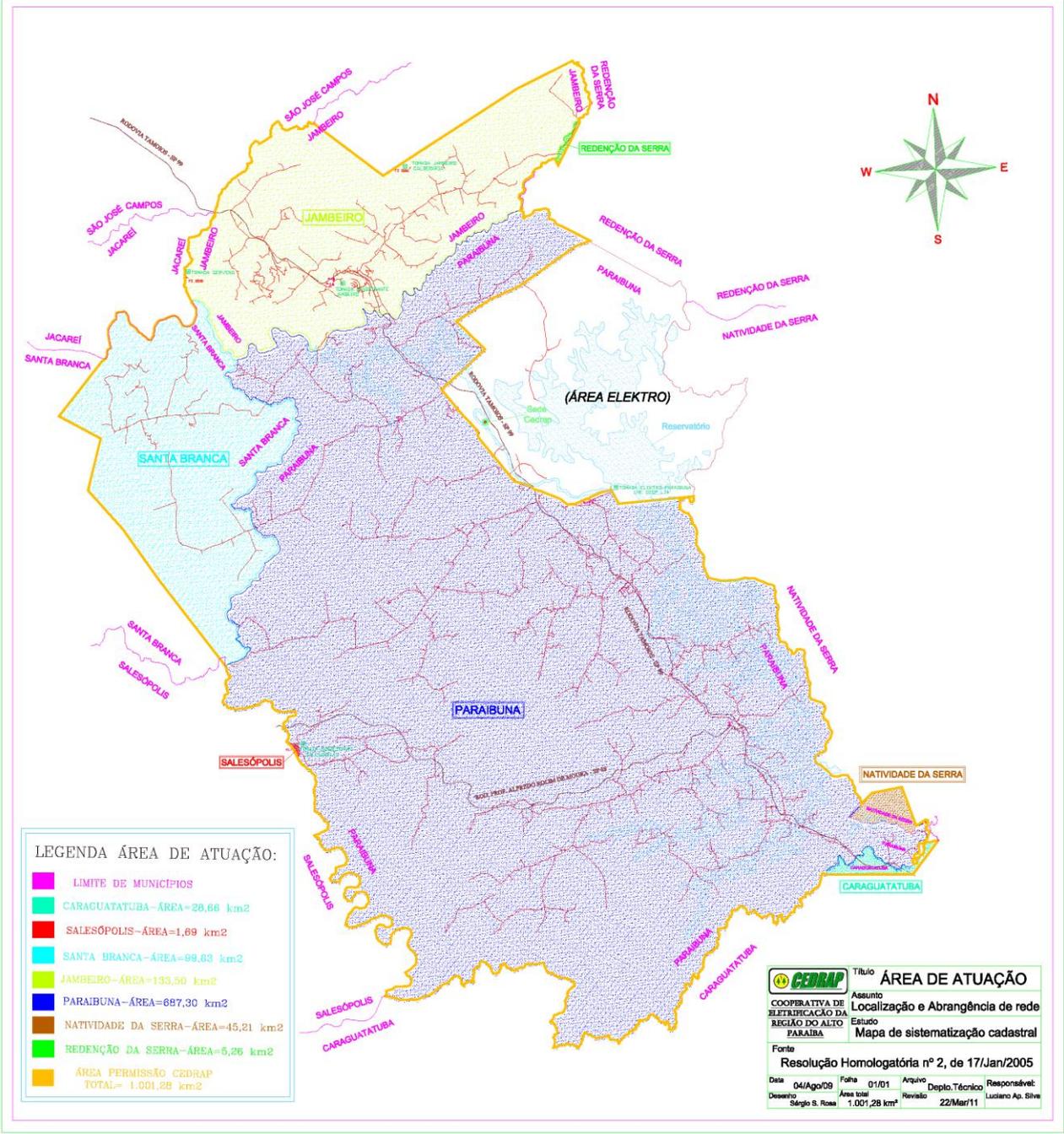
Com a finalização da duplicação da Rodovia dos Tamoios pedimos desculpas pelos transtornos ocorridos no decorrer do ano, transtorno este que resultou em uma rede mais moderna e preparada para o futuro fazendo uso de tecnologias de construção que nada deixam a desejar quando comparada ao utilizado pelas grandes distribuidoras.

Por fim agradeço a todos, aproveitando para renovar nosso compromisso com todos que acreditam que uma cooperativa se faz com um trabalho honesto, simples, sincero e sempre pronto para ouvir, pois somente juntos podemos vencer desafios futuros.

Cenário

A CEDRAP – Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba, nome atual da cooperativa, foi fundada em 15/03/1964, com o nome de CERAP – Cooperativa de Eletrificação Rural do Alto Paraíba Ltda., por um grupo de fazendeiros e moradores da zona rural dos municípios de Paraibuna, São Jose dos Campos, Jambeiro e Santa Branca, que tinham interesse em ver suas propriedades com energia elétrica, uma vez que, naquela época as concessionárias não tinham nenhum interesse em levar energia na zona rural, pois era um investimento muito elevado exigindo a construção de muitos quilômetros de redes elétricas para o atendimento a um pequeno numero de consumidores, então estes associados, descontentes com as concessionárias e incentivados e assessorados pelo DAC - Departamento de Assistência ao Cooperativismo, ligado ao Governo do Estado de São Paulo, se juntaram e fundaram a cooperativa, que teve como seu primeiro Presidente o Sr. Rodolfo Alberto Wysling, não podendo deixar de citar o Sr. Clovis Faria Barbosa, que foi um dos fundadores e Presidente durante 32 (trinta e dois) anos ininterruptos, sendo um dos grandes responsáveis pelo crescimento da Cooperativa.

A CEDRAP detém permissão válida até o ano 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica em sua área de permissão, nos Municípios de Paraibuna, Jambeiro, Santa Branca, Redenção da Serra, Natividade da Serra, Caraguatatuba e Salesópolis, Estado de São Paulo, conforme contrato de Permissão N° 001/2008, assinado em 20/06/2008, sendo importante frisar que a CEDRAP trabalha seguindo normas da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, procurando oferecer a máxima qualidade na prestação de seus serviços.



Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba - CEDRAP é uma Distribuidora de Energia Elétrica que fornece energia na zona rural dos municípios de Paraibuna, Santa Branca, Jambuí, Redenção da Serra, Natividade da Serra, Caraguatatuba e Salesópolis. Atualmente (base dezembro/2013), possui 5.535 consumidores.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2013 o total de 245 ligações novas, sendo 157 ligações através do Programa Luz para Todos, 01 ligação sem nenhum ônus para o consumidor e 87 novas ligações de consumidores através da universalização.

Comportamento do Mercado - A CEDRAP não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da Bandeirante Energia S/A e Elektro – Eletricidade e Serviço S/A e participação do Programa Governamental PROINFA.

	Balanco Energético em GWh	
	2013	2012
Geração própria	0,00	0,00
Bandeirante	26,82	22,63
Elektro	16,04	15,29
PROINFA	0,61	0,75
Total	43,47	38,67
Disponibilidade		
Consumidores - distribuição	38,84	33,95
Direta		
Consumidores livres	0	0
Concessionárias	0	0
Energia Contratual	0	0
Energia de curto prazo	0	0
Fornecimento e suprimento	38,84	33,95
Perdas e diferenças	11,93%	13,92%

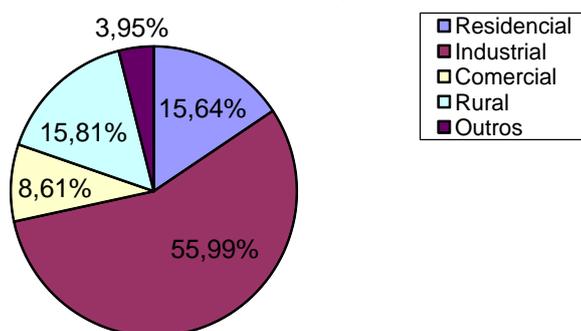
Distribuição Direta por Classe de Consumo – A CEDRAP não distribuiu energia de forma direta no exercício 2013, caracterizando seu mercado, 100% de Consumidores Cativos.

Com relação a este mercado cativo, tivemos um acréscimo de 14,39% comparando-se com o desempenho do exercício anterior. A classe que teve maior crescimento foi a Residencial com 19,71% em relação ao exercício anterior.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

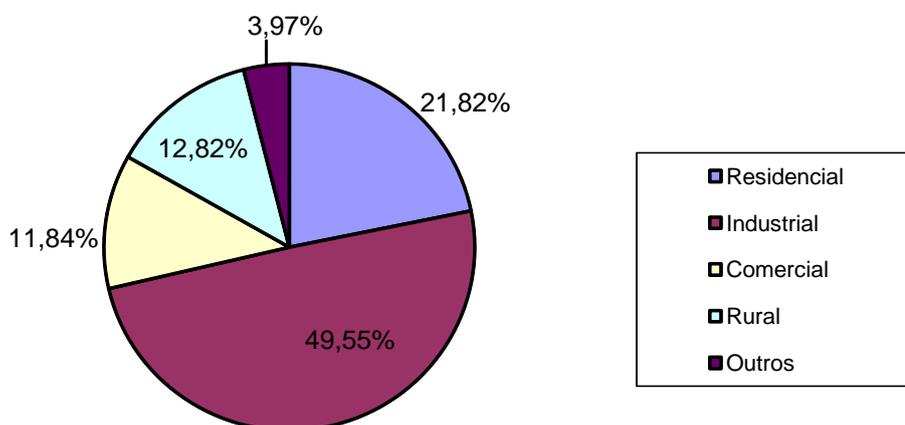
Classe	2013	2012	%
Residencial	6,07	5,07	19,71
Industrial	21,75	18,70	16,28
Comercial	3,34	3,23	3,67
Rural	6,14	5,65	8,70
Outros	1,53	1,30	17,68



Receita - A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica faturada no exercício 2013 importou em 12.364,14 R\$/mil, conforme quadro a seguir:

Receita Bruta em R\$ mil

Classe	2013	2012	%
Residencial	2.698,09	2.529,03	6,68
Industrial	6.125,85	5.640,29	8,61
Comercial	1.463,66	1.597,07	(8,35)
Rural	1.585,39	1.561,70	1,52
Outros	491,15	457,43	7,37
Total	12.364,14	11.785,52	4,91



Número de Consumidores - O número de consumidores faturados em 2013, apresentou um crescimento de 7,71% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	Número de consumidores		
	2013	2012	%
Residencial	3.967	3.612	9,83
Industrial	20	18	11,11
Comercial	197	191	3,14
Rural	1.297	1.265	2,53
Outros	54	53	1,89
Total	5.535	5.139	7,71

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica no ano de 2013, atingiu R\$ 0,31/MWh, com aumento de 6,89% com relação ao ano de 2012 que foi de R\$ 0,29/MWh.

Classe	Tarifa média de Fornecimento Em R\$/MWH
Residencial	0,44
Industrial	0,28
Comercial	0,44
Rural	0,26
Poder Público	0,42
Outros	0,31

Composição da Tarifa	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Poder Público	Outros
Tarifa aplicada	2.251,18	3.550,03	2.284,71	3.874,09	2.368,95	3255,17
Impostos	277,47	437,55	281,60	477,50	291,98	401,21
PIS	3,95	6,23	4,01	6,80	4,16	5,71
COFINS	18,24	28,76	18,51	31,39	19,19	26,37
ISSQN	-	-	-	-	-	-
ICMS	255,28	402,56	259,08	439,31	268,63	369,13
Taxas	79,24	124,96	80,43	136,36	83,37	114,58
Fiscalização	5,06	7,97	5,13	8,70	5,32	7,31
CCC	14,68	23,15	14,90	25,26	15,44	21,22
RGR	-	-	-	-	-	-
P&D	4,99	7,87	5,07	8,59	5,25	7,22
PEE	4,64	7,32	4,71	7,98	4,88	6,71
CDE	27,07	42,70	27,48	46,59	28,49	39,15
PROINFA	22,80	35,95	23,14	39,24	23,99	32,97
Compensação financeira	-	-	-	-	-	-
Custo En. Comp. p/ revenda	156,35	246,56	158,68	269,07	164,53	226,08
Enc. de uso da rede Elét.	-	-	-	-	-	-
Despesas de pessoal	355,48	560,58	360,77	611,75	374,07	514,02
Outras despesas operacionais	210,02	331,19	213,15	361,42	221,00	303,68
Tarifa bruta da concessionária (*)	1.894,47	2.987,52	1.922,68	3.260,23	1.993,60	2.739,38
Resultado	1.172,62	1.849,19	1.190,08	2.017,99	1.234,00	1.695,60

() Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir os investimentos, além dos Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.*

Qualidade do Fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2009	88,56	51,48	1,72
2010	59,28	32,53	1,82
2011	50,32	28,59	1,76
2012	49,35	27,75	1,78
2013	45,04	27,12	1,66

***OBS:** O variação do valor do DEC, justifica-se pelo crescimento de nossas redes em função do Programa Luz para Todos, do aumento no número de consumidores e principalmente pelas constantes tempestades que, de forma atípica castigaram nossa região, gerando alguns problemas em nossas redes e, principalmente. Outro fator que contribui para esta variação é o crescimento da plantação de eucalipto, o que vem prejudicando sobremaneira as interferências em nossas redes. Por esses motivos justificamos.*

Atendimento ao Consumidor – A CEDRAP no ano de 2013 finalizou o Programa Luz para Todos, tendo ligado 157 consumidores e a partir de 2014 estaremos atendendo as ligações novas através da Universalização.

Tecnologia da Informação

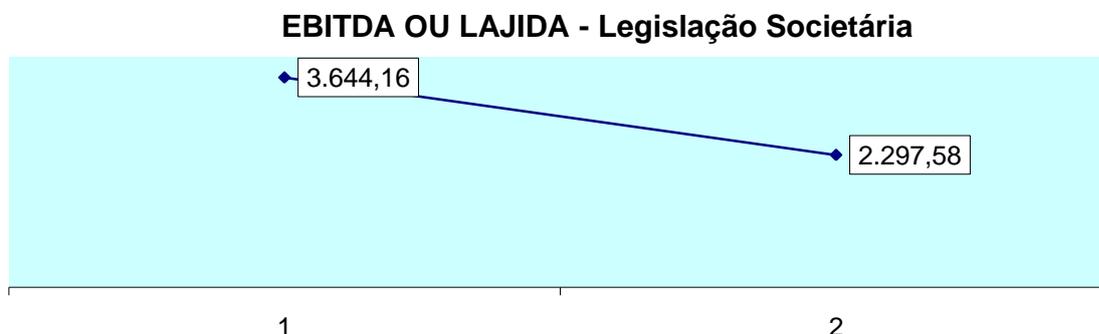
Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CEDRAP segue na atualização de seu sistema comercial e de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Os religadores automatizados estão conectados 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrado remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2013, o Lucro foi de R\$ 1.537,64 (Reais/mil), contra um Lucro de R\$ 1.885,44 (Reais/mil) em 2012, ocasionando uma diminuição nos Lucros na ordem de 18,45%. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 11.116,86 (Reais/mil), superior em 1,47% em relação a 2012, que foi de R\$ 10.956,76 (Reais/mil).

As Despesas Operacionais totalizaram em 2013 R\$ 1.640,46 (Reais/mil), 2,50% inferior em relação a 2012 que foi de R\$ 1.682,51 (Reais/mil). O aumento do Patrimônio Líquido do exercício foi de 8,76% em relação a 2012.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 2.297,58 (Reais/mil), inferior em 36,95% a 2012, que foi de R\$ 3.644,16 (Reais/mil), conforme variação abaixo:



Investimentos: Em 2013, os investimentos da Permissionária importaram em R\$ 2.567,85 (Reais/mil), 3,48% inferior em relação a 2012 que foi de 2.660,36 (Reais/mil), conforme a seguir:

Investimentos - R\$ mil			
	2013	2012	%
Obras de Geração	0,00	0,00	0,00
Obras de Transmissão	0,00	0,00	0,00
Obras de Distribuição	2.567,85	2.660,36	(3,48)
Obras	2.019,18	2.613,88	(22,75)
Ligações e Medições	0,00	0,00	0,00
Veículos	385,44	17,40	0,00
Equipamento Geral	160,79	20,44	686,75
Instalações Gerais	2,44	8,65	(71,79)
Edificações	0,00	0,00	0,00
Total	2.567,85	2.660,36	(3,48)

Captações de Recursos: Os investimentos de 2013 foram realizados com recursos próprios e recursos oriundos da Eletrobrás para o Programa Luz para Todos.

Valor Adicionado: Em 2013, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CEDRAP foi de R\$ 9.282,39 (Reais/mil), representando 68,18% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Composição Acionária: Em 31 de dezembro de 2013, o Capital Social da CEDRAP era de R\$ 3.324,55 (Reais/mil), composto por 3.324.548 cotas, assim distribuídas:

Cotistas	Cotas	%
Associados	3.324.548	100,0000
T O T A L	3.324.548	100,00

Relações com o Mercado: A CEDRAP participa de eventos, compõe as associações do Setor: OCESP/SESCOOP, FECOERESP e INFRACOOP, mantém contato com outras permissionárias e com as modificações do Setor Elétrico.

A CEDRAP objetiva manter seus funcionários sempre atualizados, incentivando na participação de seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos entre outros, fazendo que haja aprimoramento referente aos assuntos do Setor Elétrico. Sempre valorizando:

- A satisfação do cliente;
- O crescimento dos colaboradores;
- As parcerias;
- A honestidade e a lealdade;
- O trabalho, a competência e a responsabilidade;
- A iniciativa e a criatividade;
- A gestão participativa e empreendedora.

Gestão

Planejamento Empresarial: Esta Permissionária prioriza o cumprimento da Regulação, dando ênfase aos direitos da energia elétrica para todos. A CEDRAP faz planejamentos de curto, médio e longo prazo, objetivando uma Empresa organizada, resultando em clientes satisfeitos.

Sempre que necessários são realizadas, nas dependências da CEDRAP, reuniões entre a administração e demais setores da Empresa, para que o funcionário que participa de algum evento possa compartilhar com os demais suas novas experiências.

A CEDRAP em Números

Atendimento	2013	2012	%
Número de consumidores	5.535	5.139	7,71
Número de empregados	70	74	(5,41)
Número de consumidores por empregado	79	69	14,49
Número de localidades atendidas	5	5	0,00
Número de agências	1	1	0,00
Número de postos de atendimento	1	1	0,00
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00
Mercado			
Área de concessão (Km ²)	1.001,3	1.001,3	0
Geração própria (GWh)	0	0	0
Demanda máxima (MWh/h)	7.139	7.139	0,00
Distribuição direta (GWh)	38,84	33,95	14,40
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.531,10	1.404,68	9,00
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	318,34	347,11	-8,29
Total			
Residencial	444,21	498,46	(10,88)
Comercial	437,62	495,12	(11,61)
Industrial	281,69	301,59	(6,60)
Rural	258,12	276,4	(6,61)
Suprimento	0	0	0
DEC (horas)	45,04	49,35	(8,73)
População antecipada - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	0,00	0,00	0,00
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	13,16	12,23	7,60
FEC (número de interrupções)	27,12	27,75	(2,27)
Número de reclamações por 1.000 consumidores	20,63	20,63	0,00

Operacionais	2013	2012	%
Número de usinas em operação	0	0	0
Número de subestações	0	0	0
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0
Linhas de distribuição (Km)	870,00	863,67	0,73
Capacidade instalada (MW)	30,65	29,76	2,99
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	13.685,54	14.066,69	(2,71)
Receita operacional líquida (R\$ mil)	11.116,86	10.956,76	1,46
Margem operacional do serviço líquida (%)	23,11%	28,38%	(18,59)
EBITDA OU LAJIDA	2.297,58	3.644,16	(36,95)
Lucro líquido (R\$ mil)	261,36	602,00	(56,58)
Lucro líquido por mil cotas	261,36	602,00	(56,58)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	15.785,30	14.513,18	8,77
Valor patrimonial por cota R\$	1,00	1,00	0,00
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	1,66	4,15	(60,00)
Endividamento do patrimônio líquido (%)	14,81%	25,97%	(42,97)
Em moeda nacional (%)	100,00%	100,00%	-
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00

Indicadores de Desempenho

	2013	2012
Salário Médio dos Funcionários (Reais/mil)	2,10	2,16
Energia Gerada / Comprada por Funcionário (MWh)	554,85	458,83
Energia Gerada / Comprada por Consumidor (MWh)	7,02	6,61
Retorno de Ativos por Unidade:	2,89	1,60

Balanco Social

Recursos Humanos

Em 2013, a Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraiba - CEDRAP desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida, mantêm convênios com Planos de Saúde, e, Fornecimento de Vale Alimentação para cada colaborador.

Prestamos os melhores serviços há mais de 40 anos e, para isso, valorizam o corpo funcional da CEDRAP oferecendo vários treinamentos técnicos, onde focamos:

- Treinamento em NR 10;
- Treinamento de Compras e Suprimentos;
- Treinamento de SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente;
- Treinamento de Excelência no Atendimento ao Cliente;
- Treinamento de Liderança e Motivação;
- Treinamento de Trabalho em Altura;
- Treinamento de Noções Introdutivas sobre Lubrificantes;
- Treinamento de Operação e Manutenção em Motosserra;
- Treinamento PAC – Prestação Anual de Contas;
- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA

Enfim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria continua através da capacitação e treinamento dos nossos colaboradores, para atender os requisitos regulamentares de nossos consumidores e expectativas dos associados, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

Responsabilidade Social

No período Natalino a CEDRAP, auxiliou Prefeitura Municipal de Paraibuna, com fornecimento de caminhão cesto, mão de obra e lâmpadas, na instalação da iluminação natalina da cidade e também cede o pateo de sua sede social para realização da Missa em homenagem a São Benedito, por ocasião da comemoração religiosa.

4 – Indicadores Ambientais	% sobre 2013		% sobre 2012	
	R\$ mil	FPB	R\$ mil	FPB
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Estação ecológica – Fauna e Flora	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa				
Programa social de eletricidade rural	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Rede compacta ou linha verde	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Programa de eletrificação para população carente – PEE	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial – P&D	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Museu ecológico	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Universidade livre do meio ambiente	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Programa especiais / projetos externos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00	0,00%
5 – Indicadores do corpo funcional				
			2013	2012
			em	em
			unidades	unidades
Empregados no final do período			70	74
Escolaridade dos empregados				
Superior e extensão universitária			13	14
Ensino médio			31	32
Ensino fundamental			26	28
Faixa etária dos empregados				
Abaixo de 30 anos			17	15
De 30 até 45 anos (exclusive)			29	30
Acima de 45 anos			24	29
Admissões durante o período			4	35
Mulheres que trabalham na empresa			14	11
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação n° total mulheres			0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação n° total gerentes			0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa			9	10
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n° total negros			0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n° total gerentes			0	0
Portadores de deficiência física			0	0
Dependentes			98	106
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			15,55	15,55

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA

CNPJ Nº 60.196.987/0001-93

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Legislação Societária	
	2013	2012
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	13.596,88	16.982,78
Pagamentos a Fornecedores	(7.391,63)	(7.463,26)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(1.328,43)	(927,53)
Salários e Encargos Sociais	(3.090,51)	(3.120,03)
Caixa Gerada pelas Operações	1.786,31	5.471,96
Encargos Setoriais	(490,39)	(1.135,03)
Juros Pagos	(73,99)	(40,14)
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS)	(853,57)	(509,29)
Tributos Estaduais (ICMS)	(1.908,98)	(1.767,72)
Tributos Municipais (COSIP e ISSQN)	0,00	0,00
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	(1.540,62)	2.019,78
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00
Indenizações	(12,10)	(262,10)
Associações e Convênios	(17,67)	0,00
Viagens	(21,35)	(42,68)
Outras Receitas	2.686,31	194,77
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<i>1.094,57</i>	<i>1.909,77</i>
Fluxo da Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	(703,78)	0,00
Recebido pela Venda de Imobilizado	7,55	5,18
Juros Recebidos	0,00	0,00
Títulos de Capitalização	0,00	0,00
Dividendos Recebidos	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida Usada nas Atividades de Investimentos</i>	<i>(696,23)</i>	<i>5,18</i>
Fluxo de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimos a Longo Prazo	0,00	72,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,00	0,00
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras	149,93	90,40
Recebimentos de Empréstimos	262,33	0,00
Pagamentos de Empréstimos	(111,66)	(97,39)
Cheques Devolvidos	0,00	0,00
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	(107,36)	(265,80)
Outras Devoluções	(305,74)	0,00
<i>Caixa Líquida Usada nas Atividades Financeiras</i>	<i>(112,50)</i>	<i>(200,79)</i>
Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	285,84	1.714,16
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	4.173,97	2.459,81
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	4.459,81	4.173,97
Variação pelo Caixa	285,84	1.714,16

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA

CNPJ Nº 60.196.987/0001-93

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Legislação Societária	
	2013	2012
Receitas	13.614,06	14.035,93
Venda de energia e serviço	13.685,54	14.064,45
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71,48)	(28,52)
Resultado não operacional	0,00	0,00
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.519,66)	(5.271,97)
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos consumidos	(1.641,41)	(2.396,96)
Material e serviços de terceiros	(1.878,25)	(2.875,01)
(=) Valor adicionado bruto	10.094,40	8.763,96
(-) Quotas de reintegração	(569,89)	(671,84)
(=) Valor adicionado líquido	9.524,51	8.092,12
(+) Valor adicionado transferido	(242,12)	141,79
Receitas (Despesas) financeiras	(242,12)	141,79
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	9.282,39	8.233,91
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	3.157,56	2.592,93
Remunerações	2.329,48	2.332,23
Encargos sociais (exceto INSS)	216,57	356,01
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	349,67	260,21
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio para gratificação	275,97	351,15
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	(14,13)	(706,67)
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	3.518,00	3.857,36
INSS (sobre folha de pagamento)	638,70	607,86
ICMS	1.993,99	1.928,79
Imposto de renda e contribuição social	271,14	101,82
Outros (PIS, COFINS, encargos setoriais e outros)	614,17	1.218,89
Financiadores	0,00	0,00
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	0,00	0,00
Acionistas	1.266,50	1.783,62
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	1.266,50	1.783,62
Valor adicionado (médio) por empregado	134,53	111,27

AGRADECIMENTOS

Findando o ano de 2013, queremos agradecer a DEUS e lembrar a todos, que cooperativismo não é trabalhar sozinho. Cooperar é unir forças pelo bem comum. Contamos com braços amigos, e é para essas pessoas que endereçamos os nossos sinceros agradecimentos.

Aos nossos conselheiros, que durante o ano todo se reuniram para delegar funções, tomar decisões, discutir ações que visem o bem estar do associado e consumidor. Isso é cooperativismo. Muito obrigado pelo apoio, pela dedicação de cada um. Se tivemos um ano vencedor, foi porque lutamos para isso.

Da mesma forma, deixamos os nossos sinceros agradecimentos aos nossos colaboradores, que nos emprestam todos os dias, suas forças e seu suor, para que mantenhamos, sempre, a imagem de cooperativa exemplar.

Extensivamente aos associados e consumidores, e todos os demais que direta, ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da nossa missão de permissionária, o nosso Muito Obrigado!

Paraibuna, 31 de dezembro de 2013.

Demonstrações Contábeis Societárias 2013

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA

CNPJ nº 60.196.987/0001-93

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2013	2012
ATIVO	18.123,34	18.282,52
Circulante	8.246,12	8.198,49
Numerário disponível	667,49	2.185,12
Aplicações no mercado aberto	3.792,32	1.988,85
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.351,83	2.840,36
Rendas a receber	58,13	62,96
Devedores diversos	477,33	176,03
Depósitos judiciais	0,00	0,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(333,95)	(262,47)
Serviços em curso	730,82	690,31
Conta de resultado a compensar	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Tributos a compensar	291,24	291,24
Estoque	132,75	173,74
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Despesas pagas antecipadamente	0,00	0,00
Outros créditos	366,41	52,35
Ativo Não-Circulante	9.880,21	10.084,03
Realizável a Longo Prazo	3.639,10	1.875,73
Coligadas, controladas e controladoras	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Tributos a compensar	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Depósitos judiciais	277,44	16,12
Ativo Financeiro da Concessão	3.264,61	1.745,62
Outros créditos	97,04	113,99
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	3.402,20	661,71

Intangível	2.838,91	7.546,59
PASSIVO	18.123,34	18.282,52
Circulante	1.484,66	3.072,89
Fornecedores	296,71	1.889,77
Folha de pagamento	74,88	116,54
Encargos de dívidas	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos	49,94	56,19
Taxas regulamentares	20,48	81,28
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	428,36	280,78
Passivos regulatórios	0,00	0,00
Credores diversos	96,87	86,31
Dividendos e juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Obrigações estimadas	334,18	375,19
Provisões para contingências	0,00	0,00
Pesquisa & Desenvolvimento	21,80	40,14
Programa de Eficiência Energética	161,45	146,69
Outras contas a pagar	0,00	0,00
Passivo Não-Circulante	853,37	696,45
Empréstimos e financiamentos	853,37	696,45
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Provisões para contingências	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	15.785,30	14.513,18
Capital social	3.324,55	3.318,93
Reserva de reavaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de capital	(101,82)	(101,82)
Reservas de lucros	12.301,21	10.694,07
Sobras (prejuízos) acumulados	261,36	602,00
Recursos destinados a aumento de capital	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA

CNPJ nº 60.196.987/0001-93

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2013	2012
Receita operacional	13.685,54	14.066,69
Fornecimento de energia elétrica	3.132,18	5.031,02
Suprimento de energia elétrica	0,00	0,00
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	6.466,73	6.021,81
Outras receitas operacionais	434,15	165,96
Receitas de Construção e Efeitos IFRS	3.652,47	2.847,90
Deduções da receita operacional	(2.568,67)	(3.109,93)
ICMS	(1.993,99)	(1.928,79)
PIS	(30,86)	(26,48)
COFINS	(142,47)	(122,48)
ISSQN	0,00	0,00
Encargo do consumidor (CCC e CDE)	(326,12)	(715,40)
Encargo do consumidor (PEE, P & D, FNDCT e MME)	(75,23)	(140,26)
Quota para RGR	0,00	(176,52)
Receita operacional líquida	11.116,86	10.956,76
Custo do serviço de energia elétrica	(1.354,93)	(1.049,76)
Custo com energia elétrica	(178,8)	(136,91)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.176,84)	(912,85)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	0,00	0,00
Custo de operação	(6.341,72)	(6.480,85)
Pessoal e administradores	(2.776,67)	(2.159,88)
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Material	(392,80)	(459,63)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	0,00	0,00
Serviços de terceiros	(1.108,64)	(919,14)
Depreciação e amortização	(517,82)	(637,1)
Provisões (Reversão)	0,00	0,00
Outras	(159,15)	(152,47)
Despesas de Construção e Efeitos IFRS	(1.386,65)	(2.152,71)

Custo do serviço prestado a terceiros	(7.696,65)	(7.530,61)
Sobra operacional bruto	3.420,21	3.426,16
Despesas operacionais	(1.640,46)	(1.682,51)
Despesas com vendas	(71,48)	(28,52)
Despesas gerais e administrativas	(1.568,98)	(1.653,98)
Outras despesas operacionais	0,00	0,00
Resultado do serviço	1.779,75	1.743,65
Resultado de participações societárias	0,00	0,00
Receita (despesa) financeira	(242,12)	141,79
Renda de aplicações financeiras	(242,12)	141,79
Variação monetária e acréscimo moratório - energia vendida	0,00	0,00
Variação monetária e acréscimo moratório - energia comprada	0,00	0,00
Encargos de dívidas	0,00	0,00
Variações monetárias vinculadas ao ativo permanente	0,00	0,00
Outros - encargos moratórios	0,00	0,00
Resultado operacional	1.537,64	1.885,44
Receita não operacional	0,00	0,00
Despesa não operacional	0,00	0,00
(Prejuízo) Sobra antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	1.537,64	1.885,44
Contribuição social	(75,98)	(29,37)
Imposto de renda	(195,16)	(72,45)
(Prejuízo) Sobra líquida antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	1.266,50	1.783,62
Reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
(Prejuízo) Sobra antes do item extraordinário	1.266,50	1.783,62
Item extraordinário	0,00	0,00
Participação nos lucros	0,00	0,00
(Prejuízo) Sobra do exercício / período	1.266,50	1.783,62
Reserva Legal - 20%	(80,42)	(185,23)
R.A.T.E.S - 5%	(884,51)	(903,78)
Reserva de Desenvolvimento - 10%	(40,21)	(92,62)
(Prejuízo) Sobra Líquida a Disposição da AGO	261,36	602,00
(Prejuízo) Sobra por quota - R\$	0,08	0,18

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CNPJ nº 60.196.987/0001-93
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reaval.	Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Legislação Societária	
						Recursos Dest. a Aumento de Capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.310,57	0,00	0,00	8.808,67	703,78	0,00	12.823,02
Remuneração das imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de capital social	8,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,36
Incentivos fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	1.783,62	0,00	1.783,62
Destinação proposta à A.G.O.:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva legal	0,00	0,00	0,00	889,01	(889,01)	0,00	0,00
Reserva de Lucros	0,00	0,00	0,00	996,39	(996,39)	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	(101,82)	0,00	0,00	0,00	0,00	(101,82)
Reserva para invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.318,93	(101,82)	0,00	10.694,07	602,00	0,00	14.513,18
Remuneração das imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital Social	5,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,62
Incentivos Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	1.537,64	0,00	1.537,64
Destinação proposta à A.G.O.:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva legal	0,00	0,00	0,00	1.005,14	(1.005,14)	0,00	0,00
Reserva de Lucros	0,00	0,00	0,00	602,00	(873,14)	0,00	(271,14)
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(101,82)
Reserva para invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.324,55	(101,82)	0,00	12.301,21	261,36	0,00	15.785,30

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA
CNPJ nº 60.196.987/0001-93

Demonstração do Fluxo de Caixa Dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2013	2012
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	13.596,88	16.982,78
Pagamentos a Fornecedores	(7.391,63)	(7.463,26)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(1.328,43)	(927,53)
Salários e Encargos Sociais	(3.090,51)	(3.120,03)
Caixa Gerada pelas Operações	1.786,31	5.471,96
Encargos Setoriais	(490,39)	(1.135,03)
Juros Pagos	(73,99)	(40,14)
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(853,57)	(509,29)
Tributos Estaduais (ICMS)	(1.908,98)	(1.767,72)
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	0,00	0,00
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	(1.540,62)	2.019,78
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00
Indenizações	(12,10)	(262,10)
Associações e Convênios	(17,67)	0,00
Viagens	(21,35)	(42,68)
Outras Receitas	2.686,31	194,77
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<i>1.094,57</i>	<i>1.909,77</i>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição.	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	(703,78)	0,00
Recebido pela Venda de Imobilizado	7,55	5,18
Juros Recebidos	0,00	0,00
Títulos de Capitalização	0,00	0,00
Dividendos Recebidos	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos</i>	<i>(696,23)</i>	<i>5,18</i>
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimo a Longo Prazo	0,00	72,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,00	0,00
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras	149,93	90,40
Recebimentos de Empréstimos	262,33	0,00
Pagamentos de Empréstimos	(111,66)	(97,39)
Cheques Devolvidos	0,00	0,00
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	(107,36)	(265,80)
Outras Devoluções	(305,74)	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras</i>	<i>(112,50)</i>	<i>(200,79)</i>
Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	285,84	1.714,16
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	4.173,97	2.459,81
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	4.459,81	4.173,97
Variação pelo Caixa	285,84	1.714,16

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA
CNPJ nº 60.196.987/0001-93

Demonstração do Valor Adicionado Dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2013	2012
Receitas	13.614,06	14.035,93
Venda de energia e serviços	13.685,54	14.064,45
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71,48)	(28,52)
Resultado não operacional	0,00	0,00
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.519,66)	(5.271,97)
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	(1.641,41)	(2.396,96)
Material e serviços de terceiros	(1.878,25)	(2.875,01)
(=) Valor adicionado bruto	10.094,40	8.763,96
(-) Quotas de reintegração	(569,89)	(671,84)
(=) Valor adicionado líquido	9.524,51	8.092,12
(+) Valor adicionado transferido	(242,12)	141,79
Receitas (Despesas) financeiras	(242,12)	141,79
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	9.282,39	8.233,91
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	3.157,56	2.592,93
Remunerações	2.329,48	2.332,23
Encargos sociais (exceto INSS)	216,57	356,01
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	349,67	260,21
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	275,97	351,15
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	(14,13)	(706,67)
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	3.518,00	3.857,36
INSS (sobre folha de pagamento)	638,70	607,86
ICMS	1.993,99	1.928,79
Imposto de renda e contribuição social	271,14	101,82
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	614,17	1.218,89
Financiadores	0,00	0,00
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	0,00	0,00
Acionistas	1.266,50	1.783,62
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	1.266,50	1.783,62
Valor adicionado (médio) por empregado	134,53	111,27

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A CEDRAP é uma sociedade cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a Legislação aplicável.

2 Das Permissões

A CEDRAP detém permissão válida até o ano 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, em sua área de permissão, nos Municípios de Paraibuna, Jambeiro, Santa Branca, Redenção da Serra e Natividade da Serra, Caraguatatuba e Salesópolis, Estado de São Paulo, conforme contrato de Permissão Nº 001/2008 assinado em 20/06/2008. Atualmente, (base Dezembro/2013), possui 5.535 consumidores. Atualmente não atendemos a nenhum “Consumidor Livre”. O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 20/06/2008 até o dia 19/06/2028.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Embora a CEDRAP seja uma sociedade cooperativa, regida pela Lei 5.764/71, atendendo as determinações do Órgão Regulador, as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a empresa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, estando alinhando às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB – (International Accounting Standar Board) com vigências para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 1º de janeiro de 2010 (balanço de abertura) para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacou as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e ICPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011 e 4.413/2013.

4 Principais Práticas Contábeis

. Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2013, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do Ativo Imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlado pelo custo médio.

. Investimentos

A CEDRAP não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 02 de 24 de dezembro de 1997, nº 44, de 17 de março de 1999, nº 240 de 05/12/2006 e nº 474, de 07 de fevereiro de 2012. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. A partir de 2011, a Resolução DNAEE 815/94 será substituída pela Resolução ANEEL 367/2009 e 4.097/2010 da ANEEL.

- **Imposto de renda diferido**

A CEDRAP não diferiu nenhum Imposto de Renda no exercício de 2013 ou anterior.

- **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CEDRAP não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

- **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

- **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referencia às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face da harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL, nº 155/2013 – SFF/ANEEL e nº 4.413/2013 – SFF/ANEEL, e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011 – SFF/ANEEL, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir do exercício 2011, deverão, também, serem auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL nº 4.097/2010 e 4.991/2011 publicados as Demonstrações Contábeis Regulatórias constituídas das peças o BPR – Balanço Patrimonial Regulatório, composto dos quadros do Ativo Regulatório, Passivo Regulatório e DRER – Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório e o BP – Balanço Patrimonial Societário, já com a aplicação dos conceitos internacionais.

5 Aplicações no Mercado Aberto, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária possui o montante de R\$ 3.792,32 (Reais/mil) em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados, desdobrados conforme demonstramos a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação Societária	
				2013	2012
Banco Santander S/A	Fundo DI	Indeterminado	DI	1.362,15	277,54
Banco Santander S/A	Aplicação CDB	Indeterminado	CDB-DI	1.800,42	1.261,12
Banco Santander S/A	Renda Fixa	Indeterminado	Poupança	1,24	1,19
Banco do Brasil	Aplicação CDB	Indeterminado	CDB-DI	628,50	449,00
TOTAL				3.792,32	1.988,85

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2013 e 2012, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação Societária	
	2013	2012
Consumidores		
Faturados	1.366,96	1.520,22
Não faturados	293,59	366,22
Sub Total	1.660,55	1.886,44
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Total	1.660,55	1.886,44

Composição das Contas a Receber:

Legislação Societária

Consumidor/ Concessionárias/ Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores Duvidosos		Saldo	
					2013	2012	2013	2012
Residencial	179,50	101,53	77,69	358,72	121,05	84,14	479,77	332,50
Industrial	458,68	44,08	65,21	567,97	34,01	4,92	601,98	516,10
Comércio, Serviços e Outras Atividades	96,41	40,75	49,30	186,46	73,91	73,60	260,37	152,28
Rural	110,74	28,99	80,21	219,94	104,98	99,81	324,92	203,65
Poder Público	3,94	0,36	0,00	4,30	0,00	0,00	4,30	10,17
Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Municipal	3,94	0,36	0,00	4,30	0,00	0,00	4,30	10,17
Iluminação Pública	14,33	0,00	0,00	14,33	0,00	0,00	14,33	17,39
Serviço Público	15,24	0,00	0,00	15,24	0,00	0,00	15,24	25,63
Atualização Regime de Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Renda Não Faturada	293,59	0,00	0,00	293,59	0,00	0,00	293,59	366,22
Subtotal – Consumidores	1.172,43	215,71	272,41	1.660,55	333,95	262,47	1.994,50	1.623,94
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionária / Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.172,43	215,71	272,41	1.660,55	333,95	262,47	1.994,50	1.623,94

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

7 Conta de Resultado a Compensar - CRC

A CEDRAP não possui valores na Conta de Resultado a Compensar – CRC.

8 Outros Créditos

Com referência a Outros Créditos, (Curto e Longo Prazo), os valores de 2013 e 2012 estão assim distribuídos:

	Legislação societária	
	2013	2012
Contrato de mútuo	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Empréstimos compulsórios	0,00	0,00
PASEP a compensar	0,00	0,00
Caução do contrato da STN	0,00	0,00
Outros créditos a receber	3.786,81	2.267,30
Total	3.786,81	2.267,30

9 Investimentos

A CERAP não possui nenhum Investimento que não seja direcionado ao seu próprio Ativo Imobilizado, integrante do Serviço Público de Energia Elétrica.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 44/1999 atualizada pela Resolução ANEEL nº 474/2012, são as seguintes:

Taxas Anuais de Depreciação (%)

Distribuição

Banco de Capacitores	6,7%
Chave de Distribuição	6,7%
Condutor do Sistema de Distribuição	3,57%
Estrutura (Poste) do Sistema de Distribuição	3,57%
Estrutura (Torre) do Sistema de Distribuição	2,70%
Regulador de Tensão do Sistema de Distribuição	4,35%
Transformador de Distribuição	4,0%
Medidor Eletromecânico	4,0%
Medidor eletrônico	7,69%
Veículo	14,29%

Comercialização

Administração Central

Edificações – Outras	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Veículos	14,29%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Não houve neste exercício Imobilização de juros e variações monetárias, já que, não obtivemos empréstimos e financiamentos destinados ao Ativo Imobilizado em Serviço.

	Geração	Transmissão	Distribuição	Comercialização	Legislação Societária Atividades não vinculadas	Total
Juros contabilizados no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para o imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Efeito líquido do resultado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variações monetárias e cambiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para o imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Efeito líquido do resultado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 1º de janeiro de 1996, estas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

Por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, foi instituída a subconta 223.0x.x.x.x5 – Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – Participações e Doações – Reintegração Acumulada – AIS, cuja função é o registro da reintegração de bens constituídos com recursos oriundos de Participações e Doações (Obrigações Especiais), com a finalidade de anular o seu efeito no resultado contábil.

Com a edição da Resolução ANEEL 396/2010, as instruções para a anulação do efeito da Depreciação das Obrigações Especiais foram determinadas pelo método de aplicação do mesmo percentual médio da cota de depreciação, naquele mês, na Atividade em que está registrada a Obrigação.

Composição destas Obrigações:

	Legislação Societária	
	2013	2012
Participação da União	2.187,71	1.059,40
Participação dos Estados	0,00	0,00
Participação dos Municípios	0,00	0,00
Participação do consumidor	842,98	1.142,98
Obrig. Especiais em Curso	1.936,66	82,44
Total	4.967,35	2.284,81

Demonstrativo do Valor Reintegrado:

Obrigações Especiais	2013	2012
Valor Original	3.519,29	2.567,64
Reintegração acumulada	(488,60)	(365,26)
Obrig. Especiais em Curso	1.936,66	82,43
Valor Líquido	4.967,35	2.284,81

A Resolução ANEEL nº 223, de 29/04/2003 e a Resolução Normativa da ANEEL No. 250 de 13/02/2007, que estabeleceram as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica e, visaram o atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 de Lei nº 10.438, de 26/06/2002, fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tais fatores já têm diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores nos exercícios apresentados.

Apesar da Agência Reguladora (ANEEL) ter recepcionado a aplicação do CPC 27 pelo Despacho nº 4.722/2009, corroboramos com o entendimento da mesma no que tange a não aplicação de uma referência feita no ICPC 10, no sentido que o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil. Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Tal fato se dá por ser competência do Agente Regulador além de determinar estudos de vida útil dos bens do Agente, promove ações coordenadas de avaliação (VNR) a cada 4 anos no Processo de Revisão Tarifária Periódica.

11 Diferido

Em 1º de janeiro de 2008 entrou em vigor a Lei 11.638/07, com alterações posteriores, a qual alterou substancialmente o previsto na Lei 6.404/76. Em razão destas mudanças, ratificadas pela ANEEL, os valores constantes no Grupo Diferido que não possam ser reclassificados para outro grupo de ativos, devem ser baixados. Por essa razão, não possuímos mais saldo neste Grupo.

12 Fornecedores

	Legislação Societária	
	2013	2012
Elektro Eletricidade e Serviços S.A	0,00	0,00
Bandeirante Energia S.A	115,91	41,81
Proinfa	8,24	11,41
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	124,15	53,21
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	180,80	1.847,95
Sub Total - Materiais e Serviços	180,80	1.847,95
Total	304,95	1.901,16

13 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação Societária				
	Circulante		Longo Prazo	Total	
	Principal	Encargos	Principal	2013	2012
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional					
Eletrobrás Luz para Todos	56,19	0,00	853,37	903,67	752,64
Total	56,19	0,00	853,37	903,67	752,64

14 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2013 e 2012.

	Legislação Societária	
	2013	2012
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	11,17
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	19,11
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC 0,30%	0,00	10,08
Taxa de fiscalização – ANEEL	3,10	3,43
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9,14	26,09
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	161,45	146,69
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	21,80	40,14
Total	195,49	256,70

15 Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CEDRAP não possui Tributos e Contribuições contabilizados no Passivo a Longo Prazo.

16 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 31 de dezembro de 2013, a CEDRAP possuía o valor de R\$ 196,54 de Imposto de Renda e o valor de R\$ 75,98 de Contribuição Social.

17 Provisões para Contingências

Contingência	Legislação Societária					
	2013			2012		
	Valor da Provisão		Depósitos Judiciais	Valor da Provisão		Depósitos Judiciais
	No Exercício	Acumulada		No Exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	277,44	0,00	0,00	16,12
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	277,44	0,00	0,00	16,12

- **Contingências Trabalhistas**

Não há provisão para contingências trabalhistas na CEDRAP no exercício de 2012 e anteriores.

- **Contingências Fiscais**

Não há provisão para contingências fiscais na CEDRAP no exercício de 2012 e anteriores.

18 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2013 representa R\$ 3.324.55 (Reais/mil), sendo composto por 3.324.548 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
Associados	3.324.548	100,0000
T O T A L	3.324.548	100,00

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	Legislação Societária	
	2013	2012
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	(101,82)	(101,82)
Sub Total	(101,82)	(101,82)
Total da Reserva de Capital	(101,82)	(101,82)

Reservas de Lucros

	Legislação Societária	
	2013	2012
Reserva legal	7.225,22	7.144,80
RATES	3.904,58	3.020,07
Reserva de Desenvolvimento	1.171,41	529,21
Reserva de Contingencia	-	-
Reserva de Reavaliação	-	-
Lucros Acumulados a disposição da AGO	261,36	602,00
Capital social	3.324,55	3.318,93
Sub Total	15.887,12	14.615,00
Total das Reservas	15.785,30	14.513,18

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2013 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

19 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Durante o exercício de 2013, não houve Dividendos e Juros sobre o Capital próprio..

20 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	<u>Nº de Consumidores</u>		<u>MWh</u>		<u>Legislação Societária</u>	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Consumidores						
Residencial	3.967	3.612	6.073,89	5.073,71	2.698,09	2.529,03
Industrial	20	18	21.746,98	18.701,61	6.125,85	5.640,29
Comercial	197	191	3.344,04	3.225,64	1.463,66	1.597,07
Rural	1.297	1.265	6.141,95	5.650,19	1.585,39	1.561,70
Poder público	34	34	176,06	189,07	74,32	88,27
Iluminação pública	7	6	814,34	706,54	207,90	196,69
Serviço público	13	13	542,48	406,92	208,92	172,47
Consumo próprio	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Sob total	5.535	5.139	38.839,75	33.953,68	12.364,14	11.785,52
Revendedores						
Suprimento	0	0	0	0	0,00	0,00
Suprimento - curto prazo	0	0	0	0	0,00	0,00
Sob total	0	0	0	0	0,00	0,00
Total	5.535	5.139	38.839,75	33.953,68	12.364,14	11.785,52

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS+PIS+COFINS.

21 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2013 e 2012 a CEDRAP não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

22 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação Societária	
			Reais Mil	
	2013	2012	2013	2012
Elektro Eletricidade e Serviços S.A	16.042	15.289	322,25	322,66
Bandeirante Energia S.A	26.824	22.634	555,62	387,27
PROINFA	606	751	12,73	12,86
Total	43.472	38.674	890,60	722,79

23 Despesas Operacionais

	Legislação Societária	
	Despesas Operacionais	
	2013	2012
Pessoal		
Remunerações	1.765,94	1.867,99
Encargos Sociais	765,61	810,31
Provisões	423,46	617,84
Auxílio Alimentação	349,67	267,26
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00
Participação no Resultado	0,00	0,00
(-) Transferência para Imobilização em Curso	(50,61)	(706,66)
Auxílio Estudante	0,00	0,00
Outros Benefícios	290,77	344,06
Total Pessoal	3.646,06	3.200,81
Material	465,31	541,66
Serviço de Terceiros	1.412,94	1.283,59
Arrendamentos e Aluguéis	2,50	0,00
Depreciação e Amortização	569,89	671,84
Provisões	71,48	28,52
Outras		
Energia Comprada para Revenda	1.176,84	1.049,76
Taxa de Fiscalização	39,49	37,74
Tributos	28,60	34,68
Outras	1.697,53	2.364,51
Total Outras	2.942,46	3.486,69
Total Geral	9.110,64	9.213,11

24 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº. 6.3.10.4 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº. 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

Legislação Societária

	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não Vinc. à Conc. do Serv. Púb. de Energia Elét.	2013	2012
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	155,71	117,63	0,00	273,35	108,04
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	155,71	117,63	0,00	273,35	108,04
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	155,71	117,63	0,00	273,35	108,04

25 Resultado Não Operacional

	Legislação Societária	
	2013	2012
Receitas não Operacionais	0,00	0,00
Prejuízo na desativação de bens e direitos	-81,27	-39,56
Prejuízo na alienação de bens e direitos	-8,54	-240,35
Outras despesas não operacionais	89,81	279,91
Sub Total (Despesas não Operacionais)	0,00	0,00
Resultado não Operacional	0,00	0,00

26 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

Não existiu reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício e nem em anteriores:

27 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2013.

28 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CEDRAP como: Seguro de Vida em Grupo, Convênio Médico e Cesta Básica. Plano Previdenciário não foi implantado no exercício de 2013.

29 Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas no exercício de 2013 e 2012.

30 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2013 e 2012, exceção feitas a aplicações a curtíssimo prazo, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

31 Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as Demonstrações Contábeis, em 31 de dezembro de 2013, as Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIS), Comercialização (COM), Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (AV) e o Consolidado (CONS).

Balço Patrimonial	Legislação Societária					
	Em 31 de dezembro de 2013					
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
ATIVO	0,00	0,00	12.867,57	5.255,77	0,00	18.123,34
Circulante	0,00	0,00	5.852,62	2.390,51	0,00	8.243,12
Numerário disponível	0,00	0,00	473,92	193,57	0,00	667,49
Aplicações no merc. aberto	0,00	0,00	2.692,55	1.099,77	0,00	3.792,32
Consumidores, concessionárias e permissionárias	0,00	0,00	1.669,80	682,03	0,00	2.351,83
Rendas a receber	0,00	0,00	41,27	16,86	0,00	58,13
Devedores diversos	0,00	0,00	338,90	138,43	0,00	477,33
Outros Créditos	0,00	0,00	260,15	106,26	0,00	366,41
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	0,00	0,00	(237,11)	(96,85)	0,00	(333,95)
Serviços em curso	0,00	0,00	518,88	211,94	0,00	730,82
Conta de resultado a compensar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos a compensar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estoque	0,00	0,00	94,26	38,50	0,00	132,75
IR e CSLL Diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas pagas antecipadamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Não-Circulante	0,00	0,00	7.014,95	2.865,26	0,00	9.880,21
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	2.583,76	1.055,34	0,00	3.639,10
Coligadas, controladas e controladoras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos a compensar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de renda e contrib. social diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos judiciais	0,00	0,00	196,98	80,46	0,00	277,44
Outros créditos	0,00	0,00	68,90	28,14	0,00	97,04
Ativo Financeiro da Concessão	0,00	0,00	2.317,87	946,74	0,00	3.264,61
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizado	0,00	0,00	2.415,56	986,64	0,00	3.402,20
Intangível	0,00	0,00	2.015,63	823,28	0,00	2.838,91

Legislação Societária						
Em 31 de dezembro de 2013						
Demonstração do Resultado	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
Receita operacional	0,00	0,00	9.716,73	3.968,81	0,00	13.685,54
Fornecimento de energia elétrica	0,00	0,00	2.223,84	908,33	0,00	3.132,18
Suprimento de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilização do sistema de trans. e distribuição	0,00	0,00	4.591,38	1.875,35	0,00	6.466,73
Outras receitas operacionais	0,00	0,00	308,25	125,90	0,00	434,15
Receitas de Construção e Efeitos IFRS	0,00	0,00	2.593,26	1.059,22	0,00	3.652,47
Deduções da receita operacional	0,00	0,00	(1.823,76)	(744,91)	0,00	(2.568,67)
ICMS	0,00	0,00	(1.415,73)	(578,26)	0,00	(1.993,99)
PIS	0,00	0,00	(21,91)	(8,95)	0,00	(30,86)
COFINS	0,00	0,00	(101,16)	(41,32)	0,00	(142,47)
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(0,00)
Encargo do Consumidor (CCC e CDE)	0,00	0,00	(231,55)	(94,58)	0,00	(326,12)
Encargo do cons.(PEE, P&D, FNDCT e MME)	0,00	0,00	(53,41)	(21,82)	0,00	(75,23)
Quota para RGR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita operacional líquida	0,00	0,00	7.892,97	3.223,89	0,00	11.116,86
Custo do serviço de energia elétrica	0,00	0,00	(962,00)	(392,93)	0,00	(1.354,93)
Custo com energia elétrica	0,00	0,00	(126,44)	(51,64)	0,00	(178,08)
Energia elétrica comprada para revenda	0,00	0,00	(835,56)	(341,28)	0,00	(1.176,84)
Encargo do uso do sistema de transmissão e distribuição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo de operação	0,00	0,00	(4.502,62)	(1.839,10)	0,00	(6.341,72)
Pessoal e administradores	0,00	0,00	(1.971,43)	(805,23)	0,00	(2.776,67)
Entidade de previdência privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material	0,00	0,00	(278,89)	(113,91)	0,00	(392,80)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(0,00)
Serviços de terceiros	0,00	0,00	(787,14)	(321,51)	0,00	(1.108,64)
Depreciação e amortização	0,00	0,00	(367,65)	(150,17)	0,00	(517,82)
Provisões (Reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(113,00)	(46,15)	0,00	(159,15)
Despesas de Construção e Efeitos IFRS	0,00	0,00	(984,52)	(402,13)	0,00	(1.386,65)
Sobra operacional bruto	0,00	0,00	2.428,35	991,86	0,00	3.420,21
Despesas operacionais	0,00	0,00	(1.164,73)	(475,73)	0,00	(1.640,46)
Despesas com vendas	0,00	0,00	(50,75)	(20,73)	0,00	(71,48)
Despesas gerais e administrativas	0,00	0,00	(1.113,97)	(455,00)	0,00	(1.568,98)
Outras despesas operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do serviço	0,00	0,00	1.263,63	516,13	0,00	1.779,75

Resultado de participações societárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita (despesa) financeira	0,00	0,00	(171,90)	(70,21)	0,00	(242,12)
Renda de aplicação financeira	0,00	0,00	(171,90)	(70,21)	0,00	(242,12)
Varição monetária acréscimos moratório – energia vendida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Varição monetária e acréscimos moratório – energia comprada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variações monetárias vinculadas ao ativo permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional	0,00	0,00	1.091,72	445,91	0,00	1.537,64
Receita não operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas não operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sobra (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	0,00	0,00	1.091,72	445,91	0,00	1.537,64
Contribuição social	0,00	0,00	(53,94)	(22,03)	0,00	(75,98)
Imposto de renda	0,00	0,00	(138,56)	(56,60)	0,00	(195,16)
Sobra líquida (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	899,22	367,29	0,00	1.266,50
Reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sobra (prejuízo) antes do item extraordinário	0,00	0,00	899,22	367,29	0,00	1.266,50
Item extraordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos lucros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sobra (prejuízo) do exercício	0,00	0,00	899,22	367,29	0,00	1.266,50
Reserva Legal – 20%	0,00	0,00	(57,10)	(23,32)	0,00	(80,42)
R.A.T.E.S – 5%	0,00	0,00	(628,01)	(256,51)	0,00	(884,51)
Reserva de Desenvolvimento - 10%	0,00	0,00	(28,55)	(11,66)	0,00	(40,21)
Sobra (prejuízo) líquida a Disposição da AGO	0,00	0,00	185,56	75,79	0,00	261,36
Lucro (prejuízo) por ação – R\$	0,00	0,00	0,06	0,02	0,00	0,08

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

A conciliação da demonstração de Ativo/Passivo foi realizada pela proporção da Receita Líquida de cada uma das Unidades de Negócio.

Todos os grupos (Ativo/Passivo e Resultado) estão totalmente conciliados com a demonstração geral da Empresa, não havendo diferenças a demonstrar.

As Receitas e Despesas Operacionais já foram contabilizadas em cada Unidade de Negócio, tendo esses já absorvidos o rateio da Administração Geral realizado mensalmente pela Empresa.

32 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CEDRAP não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, no exercício de 2013 e 2012.

33 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

BEM SEGURADO	RISCO	DATA DE VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
VEICULOS - FROTA	<i>Casco, Danos Materiais, Danos Corporais E APP por Morte e Invalidez</i>	<i>Várias</i>	<i>Valor referenciado de Mercado</i>	<i>R\$ 24.520,98</i>
SEGURO VIDA	<i>Morte Natural, Morte Acidental, Invalidez por Acidente e Antecipação Esp. Por Doença</i>		<i>7.200.000,00</i>	<i>R\$ 1.260,47</i>

34 Eventos Subseqüentes

Alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Fato Relevante

A SFF/ANEEL promoveu no período final de 2008 e inicial de 2009, novas atualizações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais já tiveram reflexo no encerramento deste Exercício e influenciarão o próximo exercício que ora se inicia. Tais alterações foram publicadas através do Despacho nº 4815/2008-SFF/ANEEL, Despacho nº 627/2009-SFF/ANEEL e Resolução 396/2010. Podemos destacar, entre outras, normatizações iniciais para a amortização contábil com as regras internacionais, revisando as publicações contábeis, bem como alterações nos prazos de envio dos BMP de dezembro, janeiro e fevereiro e prazo do envio do RIT, 4o, trimestre.

Ainda nesta linha, o Despacho ANEEL No. 4722/2009, veio:

I – aprovar e tornar obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica, assim como, no que for aplicável, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC: CPC 11; CPC 15 a 17; CPC 20 a 28; e CPC 30 a 33, já aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Em 2010 a ANEEL publicou a Resolução 396/2010 que veio oficializar a Contabilidade Regulatória, exigindo que, a Concessionária ou Permissionária realizasse controle e contabilização específica das contabilizações regulatórias e, adicionalmente, quando necessário, realizasse os lançamentos societários de forma identificável e que não fizesse parte do balancete, balanço e demonstrações contábeis regulatórias. Tal determinação já é visível nos demonstrativos elaborados pela CEDRAP com a edição dos quadros Ativo, Passivo e DRE Regulatório e Ativo, Passivo e DRE Societário.

Para o encerramento do exercício de 2013, a SFF/ANEEL, determinou através do Despacho 4.413/2013, os procedimentos de Auditoria Independente para as Demonstrações Contábeis Regulatórias, a não obrigatoriedade do envio das Demonstrações de Mutações do Ativo Imobilizado devido ao envio do Relatório de Controle Patrimonial – RCP, instrução da nova base de cálculo das obrigações legais de investimento em projetos de P&D, através do Despacho nº 4991/2011 a SFF dispensou as cooperativas permissionárias da publicação das Demonstrações Contábeis.

35 Racionamento de Energia Elétrica

Não houve nos exercícios de 2013 e 2012 intervenções governamentais ou de outra natureza que nos levasse a efetuar racionamento de energia elétrica. A CEDRAP tem trabalhado incansavelmente na educação da nova geração, pelo uso consciente da energia, contribuindo para evitar-se um futuro racionamento.

36 Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2013, a Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba - CEDRAP desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida.

Mantém convênios com Planos de Saúde, bem como distribui Vale Alimentação e cestas natalinas para cada colaborador.

Responsabilidade Social

No período Natalino a CEDRAP, auxiliou Prefeitura Municipal de Paraibuna, com fornecimento de caminhão cesto, mão de obra e lâmpadas, para a instalação da iluminação natalina

da cidade e também cede o pátio de sua sede social para realização da Missa em homenagem a São Benedito.

CIPA CEDRAP

Os membros da CIPA na CEDRAP abordam temas relacionados à prevenção de acidentes, saúde, primeiros socorros etc. Fazem-se reuniões mensais, realizadas no Auditório da CEDRAP, acompanhadas por um Técnico em Segurança do Trabalho, e os membros da CIPA fiscalizam seus empregados, verificando se os mesmos estão fazendo uso dos equipamentos disponibilizados pela Empresa e dentro dos padrões de segurança.

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba						
CNPJ nº 60.196.987/0001-93						
Demonstração do Balanço Social – 2013 e 2012						
‘(Valores expressos em milhares de Reais)						
1 – Base de Cálculo				2013		2012
Receita Líquida (RL)				11.116,87		10.956,76
Lucro Operacional (LO)				1.537,64		2.695,79
Folha de Pagamento Bruta (FPB)				2.955,02		2.983,21
2 – Indicadores Sociais Internos		% sobre 2013		% sobre 2012		
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação – Auxílio alimentação e outros	349,67	11,83%	3,15%	267,26	8,96%	2,44%
Encargos sociais compulsórios	855,27	28,94%	7,69%	810,31	27,16%	7,39%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde – Convênio assistencial e outros benefícios	132,39	4,48%	1,19%	119,33	4,00%	1,09%
Segurança no trabalho – CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação – Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	84,41	2,86%	0,76%	16,79	0,56%	0,15%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale transporte – excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros benefícios	58,96	2,00%	0,53%	154,53	5,17%	1,41%
Total	1.480,70	50,11%	13,32%	1.368,22	45,86%	12,49%
3 – Indicadores Sociais Externos		% sobre 2013		% sobre 2012		
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total contribuição para sociedade	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

Tributos – excluídos encargos sociais	2.167,32	140,95%	19,50%	34,68	1,84%	0,32%
Total	2.167,32	140,95%	19,50%	34,68	1,84%	0,32%

4 – Indicadores Ambientais	% sobre 2013			% sobre 2012		
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica – Fauna e Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa social de eletricidade rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede compacta ou linha verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de eletrificação para população carente – PEE	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial – P&D	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade livre do meio ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa especiais / projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
5 – Indicadores do corpo funcional				2013	2012	
				Em	Em	
				unidades	unidades	
Empregados no final do período				70	74	
Escolaridade dos empregados						
Superior e extensão universitária				13	14	
Ensino médio				31	32	
Ensino fundamental				26	28	
Faixa etária dos empregados						
Abaixo de 30 anos				17	15	
De 30 até 45 anos (exclusive)				29	30	
Acima de 45 anos				24	29	
Admissões durante o período				4	35	
Mulheres que trabalham na empresa				14	11	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação n° total mulheres				0,00%	0,00%	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação n° total gerentes				0,00%	0,00%	
Negros que trabalham na empresa				9	10	
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n° total negros				0	0	
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n° total gerentes				0	0	
Portadores de deficiência física				0	0	
Dependentes				98	106	
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa				15,55	15,55	

37 Atividades Não Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica

A CEDRAP não possui ou desenvolve nenhuma atividade não vinculada a sua Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

38 Análise Econômica Financeira

38.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CEDRAP refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013, sendo que, ao término do exercício de 2013, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício 2013, atingiu um montante de R\$ 13.685,54 (Reais/mil), inferior ao ano anterior em 2,71% que foi de R\$ 14.066,69 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados no ano de 2013 foi de 5.535, já em 2012 foi de 5.139 ocasionando um aumento de 7,70% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2013 importou em R\$ 2.776,67 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 2.159,88 (Reais/mil), ocasionado um aumento de 28,56% em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas e Gerais – As despesas Administrativas e Gerais no exercício de 2013, foi de R\$ 1.568,98 (Reais/mil), inferior em 5,14% à do ano anterior que foi de R\$ 1.653,98 (Reais/mil).

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2013, importou em R\$ - 242,12 (Reais/mil), enquanto que no exercício de 2012, importou em R\$ 141,79 (Reais/mil), - 270,76% inferior ao ano anterior

38.2 Análise Econômica - Financeira

Dados básicos e siglas para análise abaixo.

AC – Ativo Circulante	AD – Ativo Disponível	E – Estoque
RLP – Realizável Longo Prazo	AP – Ativo Permanente	AT – Ativo Total
IM – Imobilizado em Serviço	LB – Lucro Bruto	LO – Lucro Operacional
LL – Lucro Líquido	CMB – Corr. Monet. Balanço	PC – Passivo Circulante
ELP – Exigível Longo Prazo	REF – Result. Exerc. Futuro	PL – Patrimônio Líquido
CS – Capital Integralizado	ADC – Adto p/ Aumento Capital	VB – Vendas Brutas
DEP – Desp. Equiv. Patrimonial	REP – Rec. Equiv. Patrimonial	DD – Despesa Depreciação

Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com as fórmulas padrão de finanças e análise financeira.

COEFICIENTES	FÓRMULA	UNID.	2013	2012
1- LIQUIDEZ				
Corrente ou comum	AC/PC	R\$	5,55	2,67
Seca	(AC-E)/PC	R\$	5,46	2,61
Absoluta	AD/PC	R\$	4,58	1,36
Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	R\$	5,08	2,67
2 – LUCRATIVIDADE				
Bruta s/ venda	(LB/VB)x100	%	24,99	24,39
Operacional s/ venda	(LO/VB)x100	%	11,23	17,06
Líquida s/ venda	(LL/VB)x100	%	1,91	4,28

Líquida s/ capital	(LL/CS)x100	%	7,86	18,14
Líquida s/ patrimônio líquido	(LL/PL)x100	%	1,66	4,15
3 – RENTABILIDADE				
Retorno líquido s/ investimento	(LL/AT)x100	%	1,44	3,29
4 – ENDIVIDAMENTO				
Recursos de 3º no investimento	[(PC+ELP-ADC)/AT]x100	%	12,90	20,62
Recursos próprios no investimento	[(PL+REF+ADC)/AT]x100	%	87,10	79,38
5 – INVESTIMENTO				
Capital fixo aplicado	(AP/AT)x100	%	34,44	44,90
Capital risco aplicado	[(AC+RLP)/AT]x100	%	65,56	55,10
6 – GARANTIAS				
Reais s/ capital	(IM/CS)x100	%	102,33	71,82
Totais s/ capital	(AP/CS)x100	%	187,73	247,32
7 – CAPITAL GIRO PRÓPRIO				
Capital de giro	(AC-PC)/1.000	R\$	6,76	5,13

* Valores expressos em Reais/Mil.

39 Empreendimentos em Conjuntos

A CEDRAP atualmente possui um empreendimento em conjunto, feitos por meio do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que é realizado de forma cooperada com outras empresas do Setor Elétrico, atendendo as obrigatoriedades da ANEEL. Destacamos abaixo os projetos em andamento:

ANEEL PD-103-0002/2011 – Sistema integrado para Indicação de Ações Técnicas de Combate as Perdas Elétricas em Redes de Distribuição Urbanas e Rurais de MT e BT Através da Monitoração Online Centralizada de Grandezas Elétricas, com desenvolvimento previsto em 36 meses, com início em 01 de fevereiro de 2012, de acordo com o quadro demonstrativo abaixo:

Código ANEEL	Empresa	CNPJ	Recurso R\$/Mil
0103	CHESP	01.377.555/0001-10	573,00
0381	ELFSM	27.485.069/0001-09	90,00
5379	CETRIL	49.313.653/0001-10	110,00
6609	CERNHE	53.176.038/0001-86	9,00
5386	CERIM	50.235.449/0001-07	45,00
5366	CEDRI	50.105.865/0001-90	7,00
5378	CERIPA	49.606.312/0001-32	125,28
6610	CERMC	52.548.732/0001-14	13,00
5384	CERPRO	44.560.381/0001-39	8,00
5385	CERRP	45.598.678/0001-19	28,00
5382	CERIS	57.384.943/0001-82	18,00
4248	CERAL-DIS	10.532.365/0001-10	14,00
0088	EFLJC	86.301.124/0001-22	19,00
5374	CERES	31.465.487/0001-01	27,00
2904	COOPERALIANÇA	83.647.990/0001-81	185,00
5381	CEDRAP	60.196.987/0001-93	31,00
5377	CERCOS	13.107.842/0001-99	21,00

40 Demonstração do Fluxo de Caixa

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA		
CNPJ nº 60.196.987/0001-93		
Demonstração do Fluxo de Caixa Dos Exercícios Findos		
em 31 de Dezembro de 2013 e 2012		
(Valores expressos em milhares de reais)		
	Legislação Societária	
	2013	2012
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	13.596,88	16.982,78
Pagamentos a Fornecedores	-7.391,63	-7.463,26
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	-1.328,43	-927,53
Salários e Encargos Sociais	-3.090,51	-3.120,03
Caixa Gerada pelas Operações	1.786,31	5.471,96
Encargos Setoriais	-490,39	-1.135,03
Juros Pagos	-73,99	-40,14
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	-853,57	-509,29
Tributos Estaduais (ICMS)	-1.908,98	-1.767,72
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	0,00	0,00
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	-1.540,62	2.019,78
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00
Indenizações	-12,10	-262,10
Associações e Convênios	-17,67	0,00
Viagens	-21,35	-42,68
Outras Receitas	2.686,31	194,77
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<i>1.094,57</i>	<i>1.909,77</i>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição.	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	-703,78	0,00
Recebido pela Venda de Imobilizado	7,55	5,18
Juros Recebidos	0,00	0,00
Titulos de Capitalização	0,00	0,00
Dividendos Recebidos	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos</i>	<i>-696,23</i>	<i>5,18</i>
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimo a Longo Prazo	0,00	72,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,00	0,00
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras	149,93	90,40
Recebimentos de Empréstimos	262,33	0,00
Pagamentos de Empréstimos	-111,66	-97,39
Cheques Devolvidos	0,00	0,00
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	-107,36	-265,80
Outras Devoluções	-305,74	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras</i>	<i>-112,50</i>	<i>-200,79</i>
Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	285,84	1.714,16
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	4.173,97	2.459,81
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	4.459,81	4.173,97
Variação pelo Caixa	285,84	1.714,16

41 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA		
CNPJ nº 60.196.987/0001-93		
Demonstração do Valor Adicionado Dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 2012		
(Valores expressos em milhares de reais)		
	Legislação Societária	
	2013	2012
Receitas	13.614,06	14.035,93
Venda de energia e serviços	13.685,54	14.064,45
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71,48)	(28,52)
Resultado não operacional	0,00	0,00
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.519,66)	(5.271,97)
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	(1.641,41)	(2.396,96)
Material e serviços de terceiros	(1.878,25)	(2.875,01)
(=) Valor adicionado bruto	10.094,40	8.763,96
(-) Quotas de reintegração	(569,89)	(671,84)
(=) Valor adicionado líquido	9.524,51	8.092,12
(+) Valor adicionado transferido	(242,12)	141,79
Receitas (Despesas) financeiras	(242,12)	141,79
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	9.282,39	8.233,91
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	3.157,56	2.592,93
Remunerações	2.329,48	2.332,23
Encargos sociais (exceto INSS)	216,57	356,01
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	349,67	260,21
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	275,97	351,15
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	(14,13)	(706,67)
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	3.518,00	3.857,36
INSS (sobre folha de pagamento)	638,70	607,86
ICMS	1.993,99	1.928,79
Imposto de renda e contribuição social	271,14	101,82
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	614,17	1.218,89
Financiadores	0,00	0,00
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	0,00	0,00
Acionistas	1.266,50	1.783,62
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	1.266,50	1.783,62
Valor adicionado (médio) por empregado	134,53	111,27

42 Compensação da Variação de Custos da Parcela A

Conta de Compensação e Variação de Valores de itens da parcela “A” – CVA: registra as variações ocorridas entre os valores previstos por ocasião dos reajustes tarifários e os valores efetivamente pagos ao longo do ano tarifário dos seguintes itens: Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia – PROINFA; Reserva Global de Reversão – RGR e Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica – TFSEE.

	2013	2012
CVA CCC	92,76	104,54
CVA CDE	68,31	28,72
CVA PROINFA	29,87	12,66
CVA RGR	119,40	18,51
CVA TFSEE	7,71	0,00
Total	318,06	164,43

43 Créditos Fiscais

Encerramos o exercício de 2013 controlando os impostos antecipados e compensáveis. Com relação ao ICMS, controlamos a parcela compensável em 48 avos sobre bens imobilizados, no curto e no longo prazo, conforme demonstrativo abaixo:

	Curto Prazo	Longo Prazo
ICMS SOBRE AIS	85,08	97,04

	Tributos Recuperáveis (R\$/Mil)	
IRRF		195,16
CSLL		75,98

44 Instituição do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de Informações Econômicas e Financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do Setor. Tal Manual tem sido constantemente atualizado e revisto pela SFF/ANEEL e atualmente, denominou-se Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

45 Ativo Regulatório

A CEDRAP não possui ativos regulatórios.

46 Passivo Regulatório

A CEDRAP não possui passivos regulatórios.

47 PIS e COFINS

A CEDRAP fatura diretamente aos seus consumidores o PIS e COFINS, conforme legislação, portanto, estes impostos não fazem mais parte da tarifa publicada. Informamos também, que não possuímos créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de Ativo Imobilizado neste exercício e, em anteriores.

48 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

No ano de 2013 a CEDRAP passou pela Revisão Tarifaria, porém não há Diferimento de Tarifas.

49 Energia Livre

A CEDRAP está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude do seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com as Concessionárias Bandeirante Energia S/A e Elektro – Eletricidade e Serviços S/A., conforme instruções do Órgão Regulador.

50 RTE

A CEDRAP, por não ter sido afetada diretamente pelo racionamento de energia elétrica, não teve direito à edição de RTE, justificando assim a não divulgação destes dados.

51 Informações de Natureza Social e Ambiental

As empresas causam grande impacto ao meio ambiente, no entanto, a CEDRAP, vem trabalhando ao máximo para minimizar tal problema.

Uma forma cautelosa que encontramos, tem sido o serviço de “Poda de Árvores” que tem como objetivo, fazer a limpeza da faixa e corte de árvores em redes aéreas de distribuição.

Executamos este serviço dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais. Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em Curso.

52 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

Em nosso Estado, não existe pronunciamento do Poder Executivo quanto a Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda.

53 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica / Eficiência Energética (P & D e PEE)

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, o art. 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e o art. 1º da Lei nº 11.465, de 28 de março de 2007, as Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição, Transmissão ou Geração de Energia Elétrica, as Permissionárias de Serviços Públicos e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificadas e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. O Manual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico estabelece as diretrizes e orientações para a elaboração de projetos de P&D, onde estes deverão estar pautados pela busca de inovações para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica. A pesquisa empresarial no setor de energia elétrica deverá ter metas e resultados previstos bem definidos, porque é diferente da pesquisa acadêmica pura, que se caracteriza pela liberdade de investigação. A ANEEL é responsável pela avaliação e fiscalização da execução dos projetos para reconhecimento dos investimentos realizados. Em relação aos Programas de Eficiência Energética – PEE, conforme dispõe a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as Empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo da receita operacional líquida, segundo regulamentos da ANEEL. O objetivo desses programas é demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica e de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Para isso, busca-se maximizar os benefícios públicos da energia economizada e da demanda evitada no âmbito desses programas. Busca-se, enfim, a transformação do mercado de energia elétrica, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e a criação de hábitos racionais de uso da energia elétrica. O Manual dos Programas de Eficiência Energética é um guia determinativo de procedimentos dirigido às Empresas, para elaboração e execução do PEE regulados pela ANEEL. Definem-se no Manual, a estrutura e a forma de apresentação dos projetos, os critérios de avaliação e de fiscalização e o tipo de projetos que podem ser realizados com recursos do PEE. Apresentam-se, também, os procedimentos para contabilização dos custos e apropriação dos investimentos realizados.

Em relação aos investimentos realizados pela CEDRAP até 31 de dezembro de 2013, o passivo corrigido a investir apresenta-se a seguir:

Programa	Saldo 2013	Saldo 2012
- P&D	R\$ 19,32	R\$ 30,07
- FNDCT	R\$ 1,65	R\$ 6,72
- MME	R\$ 0,82	R\$ 3,36
- PEE	R\$ 161,45	R\$ 146,69

54 Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica

A CEDRAP no ano de 2013 efetuou a universalização através do 5º Programa Luz para Todos e como não foi aprovada a realização da 6ª Tranche do Programa Luz para Todos, a CEDRAP esta fazendo a universalização com os recursos próprios, onde vamos procurar atender inicialmente todos aqueles que haviam feito a inscrição para o LPT.

55 Ganhos Contingentes

A CEDRAP não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em no exercício anterior.

56 Cronograma de Ações para atendimento à implementação do MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico

A CEDRAP está no processo de finalização dos trabalhos para a implantação do MCPSE com a assessoria da NSS.

57 Notas Explicativas Não Divulgadas

Abaixo listamos notas constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, mais especificamente no Roteiro para Elaboração das Demonstrações Contábeis, documento esse complementado pelo Ofício de Encerramento da SFF/ANEEL, referente NOTAS NÃO DIVULGADAS, em virtude de não fazerem parte do contexto de nossa Permissionária e, por esse motivo, não possuem movimentação, sendo:

- TUSD/Must Auto Produtor e Consumidor Livre
- Fusões, Cisões e Incorporações;
- Comodato;
- Arrendamento Mercantil;
- Compromissos;
- Debêntures;
- Programa de desestatização;
- Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos;
- Ativos não Elegíveis;
- RAP – Receita Anual Permitida;

Por esse motivo, justificamos a não divulgação de tais notas.

58 PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas Renováveis na Produção de Energia Elétrica

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, em seu artigo 3º alterado pelo artigo 9º da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.899, de 25 de junho de 2004, institui o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, com o

objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

O Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, em seu artigo 15, determina que compete à ANEEL regulamentar os procedimentos para o rateio da energia e dos custos referentes ao PROINFA. Para tanto, segundo o disposto nos artigos 12 a 14 e 16, fixa as seguintes diretrizes:

1. A ANEEL deverá estabelecer quotas de custeio e de energia a cada um dos agentes do SIN que comercializem energia com consumidor final e/ou recolhem Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST ou Distribuição – TUSD relativas a consumidores livres;
2. O cálculo de tais cotas deve ser baseado no Plano Anual do PROINFA – PAP, a ser elaborado pela ELETROBRÁS e encaminhado para a ANEEL, até 30 de outubro de cada ano para homologação;
3. As quotas devem ser estabelecidas proporcionalmente ao consumo verificado, de modo a não acarretar vantagens nem prejuízos à ELETROBRÁS, e pagas até o dia 10 do mês anterior ao de referência;
4. A partir do 2º ano o PAP deve levar em consideração alteração do mercado consumidor, de preços e dos montantes de energia contratados, a inadimplência, e os montantes de energia efetivamente gerados no âmbito do PROINFA.

59 Investimento Remunerável

A CEDRAP não possui valor para o Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual é calculada a remuneração, bem como o AIS que gera a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Permissionária, em decorrência de ainda não ter passado pela primeira Revisão Tarifária, tendo sua tarifa fixada pela ANEEL através do sistema denominado SINCOOR.

60 Revisão Tarifária Periódica

Em 2013 a CEDRAP passou pela revisão tarifária Extraordinária que foi homologada através da Resolução Homologatória nº 1570/2013 de 19/07/2013 e também tivemos homologada através da Resolução Homologatória nº 1582/2013 de 12/08/2013 a primeira Revisão Tarifária Periódica.

61 Reajuste Tarifário

No ano de 2013 tivemos o reajuste tarifário homologado através da Resolução Homologatória nº 1593/2013 de 30/08/2013.

62 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis especificam para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

CLOVIS MANCILHA BARBOSA
Presidente

PAULO SERGIO M. GONÇALVES
Diretor Secretário

ANDRE ARAUJO COELHO
Contador CRC – 1SP238100/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA
REGIÃO DO ALTO PARAÍBA
Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

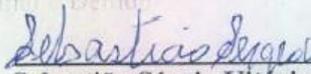
PARECER DO CONSELHO FISCAL

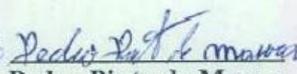
Nós, abaixo assinados, na condição de membros do Conselho Fiscal desta Cooperativa, em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

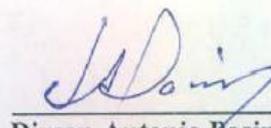
Com o assessoramento de informações suplementares e explanações obtidas junto aos responsáveis operacionais e a Diretoria, procedemos a análise sistemática das operações através de verificações dos documentos, inspeções e outras investigações nas áreas de atividades operacionais e administrativas da Cooperativa, relativas ao exercício de 2013.

Baseados nos exames efetuados, somos do parecer que as contas apresentadas merecem a aprovação pelos Senhores Associados.

Paraibuna, 31 de dezembro de 2013.


Sebastião Sérgio Vitorio


Pedro Pinto de Moura


Dirceu Antonio Fasin

PARECER DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Nós, os Membros do Conselho de Administração da Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba – CEDRAP, após exame e discussão e, em face da manifestação favorável do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, LAM Auditores Independentes, aprovam por unanimidade e sem ressalva, o Relatório Anual da Administração as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e do parecer do conselho Fiscal, a serem submetidos a Assembléia Geral Ordinária.

Paraibuna, 31 de dezembro de 2013.

JOSÉ EDSON CARVALHO COELHO

PAULO SERGIO MIRANDA GONÇALVES

GENÉSIO ROCHA STÁBILE

MESSIAS SILVA SANTANA

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO
DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA -
CEDRAP**

**Relatório de Auditoria das Demonstrações
Contábeis Regulatórias do Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2013.**

LAM AUDITORES INDEPENDENTES

Fevereiro / 2014

Campinas, 19 de fevereiro de 2014.

Ao

Conselho de Administração da:

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO
PARAIBA - CEDRAP**

Estivemos nas dependências da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP**, realizando trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de Auditoria e, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis regulatórias, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A seguir, apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas demonstrações contábeis regulatórias e que compreendem:

Balancos Patrimonial Regulatório e Societário;
Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício;
Notas Conciliatorias e Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias; e
Relatório dos Auditores Independentes;

LAM AUDITORES INDEPENDENTES

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012.

Para melhor compreensão o relatório está dividido nas seguintes seções:

- I - BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO**
- II - DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**
- III - NOTAS CONCILIATORIAS E EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS**
- IV - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

SEÇÃO I

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP

**Demonstração dos Balanços Patrimonial Regulatório e Societário dos Exercícios
Findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.
(Valores expressos em reais)**

	Nota de Ajustes	2013			2012		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
ATIVO							
Circulante		8.243,12	-123,98	8.367,11	8.198,49	-47,83	8.246,32
Consumidores, concessionárias e permissionárias	[1]	2.351,83		2.351,83	4.024,52		4.024,52
Despesas pagas antecipadamente	[2]	0		123,98	0		0
Outros Ativos Circulantes não afetados		5.891,29	0	5.891,29	4.173,97	-47,83	4.221,80
Não circulante		3.639,10	3.264,61	374,49	1.875,73	1.745,62	130,11
Consumidores, concessionárias e permissionárias	[1]	0		0	0		0
Créditos fiscais diferidos	[3]	0		0	0		0
Despesas pagas antecipadamente	[2]	0		0	0		0
Ativo Financeiro da Concessão		3.264,61	3.264,61	0	1.745,62	1.745,62	0
Outros Ativos não Circulantes não afetados		374,49		374,49	130,11		130,11
Investimentos	[4]	0		0	0		0
Imobilizado	[5]	3.402,20	-13.155,36	16.557,56	2.748,88	-7.098,25	9.847,14
Em serviço		1.481,56	-21.376,34	22.857,90	1.305,92	-12.037,19	13.343,11
(-) Reintegração Acumulada		-640,42	8.220,98	-8.861,40	-278,95	4.856,51	-5.135,45
Em curso		2.561,07	0	2.561,07	1.721,91	82,44	1.639,48
Intangíveis	[6]	2.838,91	2.743,39	95,52	5.459,42	5.352,64	106,78
Em serviço		2.363,01	2.254,79	108,22	5.460,86	5.352,64	108,22
(-) Reintegração Acumulada		475,9	488,6	-12,7	-1,44	0	-1,44
Em curso		0		0	0		0
TOTAL DO ATIVO		18.123,34	-7.271,34	25.394,68	18.282,52	-47,83	18.330,35

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SEÇÃO I

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP

Demonstração dos Balanços Patrimonial Regulatório e Societário dos Exercícios Findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012. (Valores expressos em reais)

	Nota de Ajustes	2013			2012		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
PASSIVO							
Circulante		1.484,66	-724,09	2.208,75	1.730,23	0	1.730,23
Passivos Regulatórios	[7]	0	0	724,09	0	-963,26	963,26
Outros passivos circulantes não afetados		1.484,66		1.484,66	3.072,88		3.072,88
Não circulante		853,37	0	3.614,38	696,45	0	696,45
Passivos Regulatórios		0		0	0		0
Outros passivos não circulantes não afetados	[7]	853,37		3.614,38	696,45		696,45
Patrimônio Líquido		15.785,30	-3.786,24	19.571,54	14.513,18	915,43	13.597,75
Capital Social		3.324,55	0	3.324,55	3.318,93	0	3.318,93
Reserva de capital		-101,82	3.361,11	-3.462,93	-101,82	0	-101,82
Reserva de lucro		12.301,21	864,41	11.436,80	10.694,07	857,47	9.836,60
Dividendo adicionado proposto		0		0	0		0
Reavaliação Compulsoria Regulatória	[8]	0		7.147,36	0		0
Lucro (prejuízo) acumulado	[9]	261,36	-864,41	1.125,77	602	57,96	544,03
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.123,34	-7.271,34	25.394,68	16.939,87	-1.390,48	18.330,35

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SEÇÃO II

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP

Demonstração Regulatória do Resultado dos Exercícios Findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012. (Valores expressos em reais)

R\$ Mil	Nota de Ajustes	2013			2012		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	[10]	13.685,54	3.652,47	10.033,06	14.066,69	2.847,90	11.218,79
Fornecimento de Energia Elétrica		3.132,18		3.132,18	5.031,02		5.031,02
Suprimento de Energia Elétrica		0		0	0		0
Energia Elétrica de Curto Prazo		0		0	0		0
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		6.466,73		6.466,73	6.021,81		6.021,81
Receita de Atividade Não Vinculada	[11]	0		0	0		0
Outras Receitas Vinculadas	[12]	4.086,63	3.652,47	434,15	3.013,86	2.847,90	165,96
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		-2.568,67	0	-2.568,67	-3.109,93	0	-3.109,93
Tributos e Encargos		-2.167,32	0	-2.167,32	-2.077,76	0	-2.077,76
Federais		-173,33		-173,33	-148,97		-148,97
Estaduais e Municipais		-1.993,99		-1.993,99	-1.928,79		-1.928,79
		0		0	0		0
Encargos - Parcela "A"		-401,35	0	-401,35	-1.032,17	0	-1.032,17
Reserva Global de Reversão - RGR		0		0	-176,52		-176,52
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		-38,99		-38,99	-70,13		-70,13
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		-211,48		-211,48	-313,12		-313,12
Conta de Consumo de Combustíveis- CCC		-114,64		-114,64	-359,88		-359,88
Programa de Eficiência Energética - PEE		-36,24		-36,24	-70,13		-70,13
Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)		0		0	-42,4		-42,4
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"	[13]	11.116,87	3.652,47	7.464,39	10.956,76	2.847,90	8.108,86
Energia Elétrica Comprada para Revenda		-1.176,84		-1.176,84	-912,85		-912,85
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa		-178,08		-178,08	-136,91		-136,91
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distrib.		0		0	0		0
Taxa de Fiscalização CFURH		-39,49		-39,49	-37,74		-37,74
		0		0	0		0
Matéria-Prima/Insumo para Geração de Energia Elétrica		0	0	0	0	0	0
Combustíveis		0		0	0		0
(-) Subvenção - CCC		0		0	0		0
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		9.722,45	3.652,47	6.069,98	9.869,26	2.847,90	7.021,36
CUSTOS GERENCIÁVEIS- Parcela "B"		-7.942,70	-1.386,65	-6.556,05	-8.125,61	-2.152,71	-5.972,90
Pessoal		-3.551,94		-3.551,94	-2.982,90		-2.982,90
Administradores		-229,73		-229,73	-217,91		-217,91
Serviço de Terceiros		-1.412,94		-1.412,94	-1.283,59		-1.283,59
Material		-465,31		-465,31	-541,66		-541,66
Arrendamentos e Aluguéis		-2,5		-2,5	0		0
Tributos		-28,6		-28,6	-34,68		-34,68
Seguros		-84,44		-84,44	-47,99		-47,99
Outros		-1.548,39	-1.386,65	-161,74	-2.306,07	-2.152,71	-153,35
(-) Recuperação de Despesas		43,61		43,61	14,27		14,27
Doações, Contribuições e Subvenções		-21,08		-21,08	-24,72		-24,72
Provisão Devedores Duvidosos		-123,07		-123,07	-67,15		-67,15
(-) Reversão da Provisão		51,59		51,59	38,62		38,62
Provisão - Outras		0		0	0		0
Depreciação		-569,89		-569,89	-671,84		-671,84
Amortização		0		0	0		0

Despesa da Atividade Não Vinculada		0	0	0	0	0
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		1.779,76	2.265,83	-486,07	1.743,65	1.048,46
RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO	[14]	-242,12	179,85	-421,97	141,79	-78,45
Receita Financeira		273,35		273,35	249,83	249,83
Despesa Financeira		-515,46		-515,46	-108,04	-108,04
Resultado de Equivalencia Patrimonial		0		0	0	0
Resultado Não Operacional		0	179,85	-179,85	0	220,25
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRRJ/CSLL		1.537,64	2.445,68	-908,04	1.885,44	915,43
Imposto de Renda		-195,16		-195,16	-72,45	-72,45
Contribuição Social		-75,98		-75,98	-29,37	-29,37
Participações e Contribuições à Entidade de Prev. Privada		0		0	0	0
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		0		0	0	0
LUCRO (PREJUÍZO)		1.266,50	2.445,68	-1.179,18	1.783,62	868,19

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SEÇÃO III

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP

Notas Conciliatórias e Explicativas às Demonstrações Contábeis
Regulatórias dos Exercícios Findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.
(Valores Expressos Em Reais)

1 Consumidores concessionárias e permissionárias

	2.013			2.012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Descontos TUST E TUSD	97,80	0,00	97,80	72,04	0,00	72,04
Descontos Irrigação e Aquicultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios Baixa Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compen. Financ. Interrup. Fornecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ajustes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	97,80	0,00	97,80	72,04	0,00	72,04

OBS:NÚMEROS APURADOS E RECONHECIDOS CONFORME DETERMINAÇÃO REGULATÓRIA, DEVIDAMENTE RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO.

2 Despesas pagas antecipadamente

	2.013			2.012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A"						
CVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revisão Tarifária	44,44	0,00	44,44	0,00	0,00	0,00
Sobrecontratação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subvenção baixa renda - perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Neutralidade dos encargos setoriais	31,71	0,00	31,71	0,00	0,00	0,00
Diferenças PLPT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros componentes Financeiros	47,83	0,00	47,83	0,00	0,00	0,00
	123,98	0,00	123,98	0,00	0,00	0,00

OBS:NÚMEROS APURADOS E RECONHECIDOS CONFORME DETERMINAÇÃO REGULATÓRIA, DEVIDAMENTE RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO.

3 Créditos fiscais diferidos

	2.012	2.011
IRPJ Diferido	0,00	0,00
CSLL Diferido	0,00	0,00
PIS Diferido	0,00	0,00
COFINS Diferido	0,00	0,00
	0,00	0,00

Não houveram créditos fiscais diferidos nos exercícios de 2013 e 2012.

4 Investimentos

	2.013	2.012
Taxa abertura SICOOB	0,00	0,00
	0,00	0,00

Não houveram investimentos nos exercícios de 2013 e 2012.

5 Imobilizado

	2.013	2.012
Em serviço	28.313,86	15.910,75
Terrenos	13,64	13,64
Reservatório, Barragem e Adutoras	0,00	0,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	159,82	210,11
Máquinas e Equipamentos	27.177,44	14.799,10
Veículos	899,60	826,99
Móveis e Utensílios	63,36	60,91
(-) Reintegração Acumulada	(9.349,93)	(5.500,71)
Reservatório, Barragem e Adutoras	0,00	0,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	(51,86)	(60,08)
Máquinas e Equipamentos	(8.848,74)	(4.928,97)
Veículos	(416,22)	(481,20)
Móveis e Utensílios	(33,11)	(30,47)
Em curso	2.561,07	1.721,91
Terrenos	0,00	0,00
Reservatório, Barragem e Adutoras	0,00	0,00

Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	0,00	0,00
Máquinas e Equipamentos	1.768,67	722,28
Veículos	0,00	31,01
Móveis e Utensílios	0,00	0,00
A Ratear	0,00	0,00
Estudos e Projetos	0,00	0,00
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	0,00	0,00
Material em Depósito	792,39	968,62
Compras em Andamemo	0,00	0,00
Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00
Depósitos Judiciais	0,00	0,00
Total do Imobilizado	21.524,99	12.131,95

6 Intangível

	2.013	2.012
Intangível	95,52	106,78
Em serviço	95,52	106,78
Em curso	0,00	0,00
	21.620,51	12.238,73
Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	(4.967,35)	(2.284,81)
TOTAL DO IMOBILIZADO LÍQUIDO	16.653,16	9.953,92

7 Passivos Regulatórios

	2.013			2.012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A"						
CVA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revisão Tarifária	390,68	0,00	390,68	0,00	0,00	0,00
Descontos TUSD e irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reajuste Tarifário		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sobrecontratação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subvenção baixa renda - ganhos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Neutralidade dos encargos setoriais	12,82	0,00	12,82	0,00	0,00	0,00
Outros Componentes Financeiros	320,60	0,00	320,60	963,26	0,00	963,26
	724,09	0,00	724,09	963,26	0,00	963,26

A NEUTRALIDADE DOS ENCARGOS SETORIAS SOFRERAM EFEITOS DA CONTABILIZAÇÃO DO IFRS.

8 Reserva de avaliação patrimonial

	2.013	2.012
Ajuste a valor de mercado	0,00	0,00
IR	0,00	0,00
CS	0,00	0,00
	0,00	0,00

9 Lucro (prejuízo) acumulado

	2.013	2.012
Efeito dos ajustes entre Contab Societ x Regulat.	0,00	0,00

OBS: NÃO HOVERAM EFEITOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM FUNÇÃO DOS AJUSTES ENTRE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E REGULATÓRIA.

10 Receita Operacional Bruta

	2.013	2.012
Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	2.533,15	2.431,87
Industrial	6.110,25	5.522,36
Comercial	1.448,48	1.592,63
Rural	1.539,86	1.529,71
Poderes Públicos	74,32	87,80
Iluminação Pública	203,79	196,69
Serviço Público	208,64	172,47
	12.118,49	11.533,52

OBS: TRATA-SE DO FORNECIMENTO FATURADO DE ENERGIA ELÉTRICA NOS EXERCÍCIOS DE 2013 E 2012.

11 Receita de Atividade Não Vinculada

	2.013	2.012
	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

OBS: NÃO AUFERIMOS RECEITA COM ATIVIDADE NÃO VINCULADA NOS EXERCÍCIOS DE 2013 E 2012

12 Outras Receitas Vinculadas

	2.013	2.012
Compartilhamento de infra-estrutura	30,58	14,36
Serviços Taxados	21,50	20,29
Outras Receitas	382,07	131,31
	<u>434,15</u>	<u>165,96</u>

OBS: DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013 FOI REGULARIZADO O CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA.

12 Custos não gerenciáveis — Parcela "A"

Não houveram efeitos em nosso Resultado, referente aos CPC's em relação aos Custos não Gerenciáveis - Parcela "A".

13 Resultado Extra-Concessão

Não houve Resultado Extra-Concessão apurado em nossa Empresa nos exercícios de 2013 e 2012.

SEÇÃO IV

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao
Conselho de Administração e Cooperados da
**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO
PARAÍBA – CEDRAP**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA – CEDRAP**, que compreendem os balanços patrimonial regulatório e societário em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações regulatórias do resultado do exercício, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias está livre de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias,

independentemente se causadas por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias da Cooperativa, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

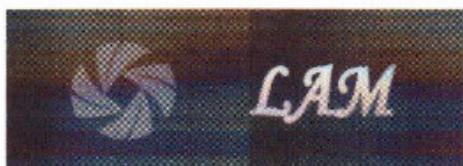
Opinião sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes as mutações do ativo imobilizado da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA – CEDRAP** em 31 de dezembro de 2013, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis regulatórias da CEDRAP do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cujos valores são apresentados para fins de comparação, foram por nos examinadas.

Campinas, 19 de fevereiro de 2014.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07


GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5

SEÇÃO VII

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao

Conselho de Administração e Cooperados da

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO
PARAÍBA – “CEDRAP”**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA – “CEDRAP”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Bases para opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis

A cooperativa está em andamento com a implantação da Resolução ANEEL 367, que deverá ser concluído em 2014, conforme documento de prorrogação autorizada pela ANEEL. Portanto não dispõe de controles analíticos, conciliados com a contabilidade, para os bens do ativo imobilizado. Como consequência, os valores registrados no balanço são controlados por saldo de grupo de contas e as depreciações (reintegrações) são calculadas aplicando-se índices sobre os bens.

Os ajustes na contabilidade advindos de levantamentos nos registros contábeis e inventários físicos de bens, bem como a apuração da depreciação (reintegração) acumulada, não são passíveis de mensuração no momento.

Conseqüentemente, não podemos concluir, e não concluimos, sobre os saldos acumulados do imobilizado e depreciações (reintegrações) acumuladas e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Os controles analíticos do capital social registrado no balanço da cooperativa não estão atualizados, como consequência o valor de R\$ 3.324.548,76, não foi passível de confirmação. Deverão ser concluídos em 2014, advindos de levantamentos nos registros paralelos do capital social e conciliações. Conseqüentemente, não podemos concluir, e não concluimos, sobre o saldo do capital social e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descrito no parágrafo Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis essas Demonstrações Contábeis, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA – “CEDRAP”**, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e do fluxo de caixa, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais.

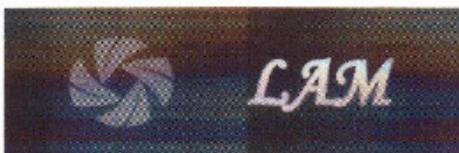
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pelo órgão regulador - ANEEL, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis da CEDRAP do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cujos valores são apresentados para fins de comparação, foram por nos examinadas.

Campinas, 19 de fevereiro de 2014.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07


GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5

SEÇÃO VIII

RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA APRIMORAMENTOS DOS CONTROLES INTERNOS. “RRAI”

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

1 - CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com as normas de auditoria geralmente aplicadas no Brasil.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação Societária Brasileira, no tocante ao cumprimento da Lei 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) aspectos inerentes a Lei 11638/07, de 28/12/2007 e Lei 11941/09 de 27/05/2009, em consonância quando aplicável com os normativos da CVM, conjugada com a Lei da sociedades Cooperativistas (Lei 5764/71) e Legislação Fiscal, que altera a lei das Sociedades por Ações, quando a adoção de determinadas práticas contábeis e forma de apresentação das demonstrações contábeis a partir do exercício social iniciado em 01 de janeiro de 2008, Normas do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, bem como pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel vinculada ao Ministério de Minas e Energia que regulamenta e fiscaliza o setor.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

Eventuais ocorrências levantadas no curso de nossos trabalhos foram comunicadas à administração, que dentro das possibilidades as regularizou.

Observamos a falta de um sistema de controles internos devidamente formalizado e implementado, que pudesse oferecer a segurança necessária e, em conjunto com os sistemas informatizados, diminuir ou

eliminar erros de cálculos, extravios, perdas financeiras e erros contábeis.

Recomendamos o desenvolvimento e a implantação de manuais de controles internos O&M e sua integração aos sistemas informatizados e contabilidade.

Sugerimos também um Manual de Cargos e Salários devidamente aprovado pela Diretoria.

2 - CAIXA

A sociedade adota um controle de caixa na forma de um Boletim Diário, que contem as operações realizadas. Os lançamentos diários do caixa são integrados à contabilidade, portanto o saldo pode ser confirmado através de levantamentos alternativos.

O caixa é conferido periodicamente por pessoas distintas as suas operações e manipulação, sistema novo adotado a partir de 2012, com Fundo Fixo.

A cooperativa possui um funcionário designado para a função de caixa.

Observamos que os funcionários responsáveis pelo manuseio direto dos numerários não possuem Carta de Fiança ou Seguro Fidelidade.

A Carta de Fiança é um instrumento jurídico importante na recuperação de possíveis desvios de valores que possam ocorrer nas dependências da cooperativa.

O Seguro Fidelidade pode ser feito em uma seguradora de confiança, que cobrirá um possível desfalque, até o montante estipulado na apólice.

Ressaltamos que a Sociedade poderá optar tanto pela Carta de Fiança, quanto pelo Seguro Fidelidade, e julgamos necessário que seja adotado uma destas formas de segurança.

3 - BANCOS

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos e circularizações externas, que não revelaram divergências, exceto do Banco do Brasil que foi regularizado.

4 - APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos e circularizações externas, que não revelaram divergências. Faltou o extrato do Banco do Brasil, porém, foi regularizado.

5 - ESTOQUE

Acompanhamos os inventários físicos do estoque e do imobilizado em curso – material em depósito de 31 de dezembro de 2013.

6 - SUCATA

Tentar a venda do saldo de sucata em 2014, e a arrecadação depositarem em conta corrente específica, seguindo a Legislação da ANEEL.

7 - ALMOXARIFADO

Separar materiais de obras e manutenção, ex: transformadores, postes, fios, etc. Melhorar.

8 - GERENCIAMENTO ALMOXARIFADO/PÁTEO

Recomendamos atribuição de responsabilidades (obras e manutenção) e sucata principalmente. Melhorar.

9 - MATERIAL DE RETORNO

Criar local apropriado para avaliar materiais de retorno, no caso de ser ativado ou não, com a supervisão do setor técnico.

10 - FORNECIMENTO RESIDENCIAL

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que não revelaram divergências. Regularizar em 2014.

11 - SERVIÇO TAXADO – 2ª. VIA FATURA

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que não revelaram divergências. Regularizar em 2014.

12 - OUTROS CRÉDITOS – GERAL PARCELAMENTO

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que não revelaram divergências. Conciliar e acertar em 2014. Saldo antigo.

13 - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que revelaram divergências. Foi regularizado

14 - FORNECEDORES

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que revelaram divergências.

Foi regularizado.

15 - FOLHA PAGTO - EMPREGADOS

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que não revelaram divergências. Foi regularizado.

16 - ATIVO PERMANENTE

A cooperativa está em andamento com a implantação da Resolução ANEEL 367, que deverá ser concluído em 2014, conforme documento de prorrogação autorizada pela ANEEL. Portanto não dispõe de controles analíticos, conciliados com a contabilidade, para os bens do ativo imobilizado. Como consequência, os valores registrados no balanço são controlados por saldo de grupo de contas e as depreciações (reintegrações) são calculadas aplicando-se índices sobre os bens.

Os ajustes na contabilidade advindos de levantamentos nos registros contábeis e inventários físicos de bens, bem como a apuração da depreciação (reintegração) acumulada, não são passíveis de mensuração no momento.

Conseqüentemente, não podemos concluir, e não concluimos, sobre os saldos acumulados do imobilizado e depreciações (reintegrações) acumuladas e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

17 - CAPITAL SOCIAL

Os controles analíticos do Capital Social pertencente a cada associado, não estão atualizados, portanto não é possível no momento a confirmação dos valores registrados no Balanço.

Recomendamos um levantamento completo no cadastro de cooperados e ficha de controle do Capital Social, para efetuar sua atualização. Em 2014 está previsto a conclusão.

18 - LEI Nº 11.638/07 E 11.941/09 E PRONUNCIAMENTOS DO COMITE DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL – “CPC”.

A cooperativa se enquadrou na nova Lei das Sociedades Anônimas, com regularização da ANEEL.

19 - FOLHA DE PAGAMENTO FERIAS

Efetuamos o confronto do saldo contábil, com os respectivos documentos, que não revelaram divergências. Foi regularizado

20 - FOLHA DE PAGAMENTO CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Efetuamos o confronto do saldo contábil, com os respectivos documentos, que não revelaram divergências. Acertar em 2014.

21 - CREDORES DIVERSOS - CONSUMIDORES

Efetuamos o confronto do saldo contábil, com os respectivos documentos, que não revelaram divergências. Conciliar em 2014.

22 - NBC – T – 10 – NOMENCALTURA DE CONTAS

Verificamos que algumas contas do Plano de Contas da Cooperativa, não segue as normas contábeis.

Sugerimos a regularização.

23 - ORGONOGRAMA

Definir e aprovar organograma.

24 - OUTRAS – MPA TFSEE IRT 2013

Efetuamos o confronto do saldo contábil, com os respectivos documentos, que não revelaram divergências. Foi regularizado.

25 - PROV. 13º SALÁRIO

Efetuamos o confronto do saldo contábil, com os respectivos documentos, que não revelaram divergências. Foi regularizado.

26 - CONCLUSÃO

Com base nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA – CEDRAP**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, pela falta de controles internos formalizados, parte das informações não estão subsidiada em procedimentos e registros considerados satisfatórios. Melhorar principalmente almoxarifado e páteo.

Contudo, a fim de se diagnosticar e elaborar um conjunto de controles internos da sociedade recomendamos a contratação de uma consultoria de organização e métodos (O&M), para a referida tarefa, em todos os setores da sociedade, bem como Auditoria Operacional periódica. Melhorar sistema informatizado

Melhorar procedimentos de aprovações de adiantamentos e benefícios.

Procurar deixar as normas homogenias a todos, sem exceção.

Estamos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Campinas, 19 de fevereiro de 2014.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07


GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5